Solidez que gera bons frutos

Relatório Anual de Informações 2017

PREVIRB
Fundação de Previdência dos Servidores do IRB

Sumário

Introdução.....3
Mensagem da Diretoria.....4
Principais números e indicadores.....6
Administração.....7
Certificações.....10
Glossário.....14

Gestão dos Investimentos.....16
Conjuntura Econômica.....17
Resultado da Carteira de Investimentos.....21
Demonstrativos de Investimentos.....33
Política de Investimentos 2018 - 2022.....38

Benefícios.....42
Gestão Previdencial.....43

Administração.....69
Administração Geral.....70
Despesas Administrativas.....70
Fontes de Custeio.....71
Plano de Gestão Administrativa (PGA).....71
Evolução do Fundo Administrativo.....72

Demonstrações Contábeis.....73
Demonstrações Contábeis.....74
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....85

Pareceres.....126
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....127
Parecer do Conselho Fiscal.....130
Parecer do Conselho Deliberativo.....131

Introdução

Folhas de Seringueira (*Hevea brasiliensis*), árvore originária da bacia hidrográfica do Rio Amazonas

Mensagem da Diretoria

Em 2017 a PREVIRB completou 40 anos. Neste período ela nasceu, superou desafios e cresceu. Hoje temos a satisfação de apresentar uma Fundação sólida, transparente e saudável, fruto do trabalho, dedicação e compromisso dos que aqui estão e também pelos que por aqui passaram. Todavia o desafio ainda permanece e precisamos perenizar esta conquista.

Apresentamos a seguir o Relatório Anual de Informações da Fundação, contendo as principais realizações e indicadores do exercício de 2017. Ao longo do relatório estão demonstrados os resultados alcançados e as principais atividades desenvolvidas pela Entidade no exercício.

Em relação à Gestão Previdencial, o ano foi de intensa atividade, com o aprimoramento contínuo dos regulamentos dos Planos administrados, buscando sempre as melhores soluções para atender aos Participantes e Assistidos. Atravessamos mais um ano honrando nossos compromissos, pagando no exercício encerrado aproximadamente R$ 138 milhões em benefícios. Reafirmamos nosso compromisso de trabalhar com premissas orientadas para o futuro, convictos que cada Plano possui público específico, com necessidades diferenciadas.

No tocante aos Investimentos, cumprimos nosso papel e entregamos um resultado superior às metas estabelecidas para os dois Planos Previdenciais. Apesar da volatilidade e das incertezas dos mercados, que levaram o ano a terminar com a inflação medida pelo IPCA em 2,95% e a taxa básica de juros em 7,00%, 2017 foi um período de muito sucesso para nossa Fundação. A rentabilidade consolidada dos investimentos em 2017 foi de 12,69% no Plano A, superior à meta atuarial de 6,52%, enquanto que no Plano B o resultado foi de 13,63%, superior ao índice de referência, o CDI (9,93%). Tais resultados importaram em um superavit de R$ 463,6 milhões e R$ 7,7 milhões, respectivamente, nos Planos A e B, representando seguramente um dos maiores da história da Fundação, o que possibilitou a formação de expressiva Reserva Especial para revisão do plano de benefícios de R$ 140 milhões no Plano A e de R$ 1,7 milhão no Plano B. Esses números, frutos de um trabalho realizado com muita seriedade, comprovam a qualidade e a assertividade das políticas e estratégias desenvolvidas.

Quanto à Gestão Administrativa, foi dada ênfase no treinamento e qualificação de nosso quadro funcional e de Conselheiros, além da continuidade ao controle de gastos no lado da despesa. Com relação ao ativo, conseguimos rentabilizar os recursos de forma bastante satisfatória, e, apesar de maior restrição nas aplicações dos recursos do Plano de Gestão Administrativa (PGA), superamos a meta de retorno para os investimentos com resultado de 10,42%, superior ao índice de referência, o CDI (9,93%).

Nossos agradecimentos especiais aos nossos parceiros, Conselheiros e Colaboradores pela dedicação e contribuição para mais esse sucesso. Reafirmamos nosso compromisso de zelar pelo patrimônio e garantir o pagamento de benefícios contratados a todos os Participantes de forma eficiente, segura e sustentável.

Atenciosamente,
Diretoria Executiva

João Bosco Quadros Barros,
Heloisa Falkenbach Santoro
e Manoel Morais de Araujo

Principais números e indicadores

R$ 137,8 milhões
em benefícios pagos aos aposentados e pensionistas

Plano A
R$ 133,7 milhões

Plano B
R$ 4,1 milhões

2.166 Participantes

Plano A
9 Ativos
1.249 Assistidos
321 Beneficiários

Plano B
519 Ativos
63 Assistidos
5 Beneficiários

Rentabilidade Acumulada do ano

Plano A
12,69%

Plano B
13,63%

Benchmark (INPC+4,34%)
6,50%

Benchmark (CDI)
9,93%

Superavit dos Planos

R$ 463,6 milhões
Plano A

R$ 7,6 milhões
Plano B

Reserva Especial
Plano A: R$ 140 milhões - 1° ano de constituição
Plano B: R$ 1,7 milhão - 2° ano de constituição

Administração

CONSELHO DELIBERATIVO

Instância máxima da estrutura organizacional, responsável pela definição da política geral de administração da Entidade e de seus planos de benefícios. É composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, dois eleitos e três indicados pelo patrocinador, dentre eles o Presidente, com mandato de quatro anos.

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Indicados pelo Patrocinador	
Carlos Augusto Velloso da Silveira – Presidente	Karine Campello da Rosa
Maísa Fabiani Carrasqueira	Rosa Amélia Correia de Sousa Reis
Rodrigo de Valnisio Pires Azevedo	Luciana Caúla Bandeira de Mello
Eleitos pelos Participantes	
Aurea da Silva Cabral	Elza de Fátima Ferrari de Carvalho
Ronaldo Smith Lisboa	Hermes Pinto dos Santos

CONSELHO FISCAL

Órgão responsável pelo controle e fiscalização interna da gestão econômico-financeira da Fundação. É composto de cinco membros efetivos e respectivos suplentes, dois eleitos e três indicados pelo patrocinador, dentre eles o Presidente, com mandato de quatro anos.

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Indicados pelo Patrocinador	
Debora Pereira Tavares – Presidente	Bianca Puime Perrone
Paulo Souza Perez	Ana Maria Ferraz Hernandes
-	Fabio Rodrigues Soares
Eleitos pelos Participantes	
Davi Dias da Silva	Armando Rubens de Campos Mendes
Maria Gracia Provenzano	Paulo César da Conceição Silva

DIRETORIA EXECUTIVA

SUPERINTENDENTE GERAL	DIRETORA DE BENEFÍCIOS	DIRETOR FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS
Manoel Morais de Araujo	Heloisa Falkenbach Santoro	João Bosco Quadros Barros

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
PREVIRB	
João Bosco Quadros Barros (Coordenador)	
Manoel Morais de Araujo	
Indicados pelo Patrocinador	
Alberto Ramos Madeira da Silva	Rene Santos de Castro
Eleitos pelos Participantes	
Maria Cristina Fischer Matos	Neicyr Guaycurus

COMITÊ DE SEGURIDADE

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
PREVIRB	
Heloisa Falkenbach Santoro (Coordenadora)	
Indicados pelo Patrocinador	
Alexsandra Teixeira da Silva Bitzious	Fernanda Pinheiro Gomes
Eleitos pelos Participantes	
Rita Maria Cinelli Pinto	Romildo Oliveira Motta

COMITÊ DE CONTROLES INTERNOS

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Vinicius Trigo Amendola (Coordenador)	-
André Luiz da Cunha Rodrigues	Cristiane Candido da Silva Ferreira Barros
Hélio Antônio Silva	Paulo Roberto de Castro Santos
José Maurício de Oliveira Lima	Maria Carmélia Martinez Touceda
Roberta Carneiro da Silva	Geraldo Rodrigues Trindade
Terezinha Maria de Sá Vilela	Marcello de Souza Carvalho

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Hélio Antônio Silva (Coordenador)	Paulo Roberto de Castro Santos
André Luiz da Cunha Rodrigues	Cristiane Candido da Silva Ferreira Barros
Geraldo Rodrigues Trindade	Roberta Carneiro da Silva
Maria Carmélia Martinez Touceda	Neuseli dos Santos Carmo
Terezinha Maria de Sa Vilela	Marcello de Souza Carvalho
Vinicius Trigo Amendola	Cristiane Pimentel Correa de Godoy

COMITÊ DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Indicados pelo CONDEL	
Tânia Ramos de Moraes (Coordenadora)	Gisela De Paoli Zander
Indicados pela DIREX	
Daniela Baptista Tosta Campelo Tavares	André Oliveira de Moraes
Indicados pelos Empregados da PREVIRB	
Cristiane Pimentel Correa de Godoy	Daniel Cordeiro Freire

Certificações

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	Nº	Validade
Carlos Augusto Velloso da Silveira	Patrocinador	ICSS	EA03728	16/03/2018

CONSELHEIROS TITULARES	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	Nº	Validade
Aurea da Silva Cabral	Participantes	ICSS	EA01027	13/09/2020
Maísa Fabiani Carrasqueira	Patrocinador	-	-	-
Rodrigo de Valnisio Pires Azevedo	Patrocinador	-	-	-
Ronaldo Smith Lisbôa	Participantes	ICSS	EA00427	11/12/2019

CONSELHEIROS SUPLENTES	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	Nº	Validade
Elza de Fátima Ferrari de Carvalho	Participantes	ICSS	EA00708	11/03/2020
Hermes Pinto dos Santos	Participantes	ICSS	EA03746	25/03/2018
Karine Campello da Rosa	Patrocinador	ANBIMA	CPA-20	05/11/2019
Luciana Ruas Caúla Bandeira de Mello	Patrocinador	-	-	-
Rosa Amélia Correia de Sousa Reis	Patrocinador	ICSS	EA01807	17/07/2018

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	N°	Validade
Debora Pereira Tavares	Patrocinador	ICSS	EA04452	12/03/2019

CONSELHEIROS TITULARES	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	N°	Validade
Davi Dias da Silva	Participantes	ICSS	EA01494	31/01/2021
Maria Gracia Provenzano	Participantes	ICSS	EA00619	02/02/2020
Paulo Souza Perez	Patrocinador	-	-	-
VAGO*	Patrocinador	-	-	-

* Renúncia do Conselheiro. Aguardando indicação do Patrocinador.

CONSELHEIROS SUPLENTES	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	N°	Validade
Ana Maria Ferraz Hernandes	Patrocinador	-	-	-
Armando Rubens de Campos Mendes*	Participantes	-	-	-
Bianca Puime Perrone	Patrocinador	-	-	-
Fabio Rodrigues Soares	Patrocinador	ANBIMA	CPA-20	03/11/2019
Paulo César da Conceição Silva	Participantes	ICSS	EA05574	11/12/2019

* em processo de certificação

DIRETORIA EXECUTIVA

SUPERINTENDENTE GERAL	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	N°	Validade
Manoel Morais de Araujo	CONDEL	ICSS	EA02656	09/10/2019

DIRETOR FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	N°	Validade
João Bosco Quadros Barros	CONDEL	ICSS	EI05026	20/07/2019

DIRETORA DE BENEFÍCIOS	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	N°	Validade
Heloisa Falkenbach Santoro	CONDEL	ICSS	EA01813	19/07/2018

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

COORDENADOR	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	Nº	Validade
João Bosco Quadros Barros	Regimento	ICSS	EI05026	20/07/2019

MEMBROS TITULARES	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	Nº	Validade
Alberto Ramos Madeira da Silva	Patrocinador	ANBIMA	CPA-20	27/10/2019
Manoel Morais de Araujo	Regimento	ICSS	EA02656	09/10/2019
Maria Cristina Fischer Matos	Participantes	ICSS	PI05421	31/10/2019

MEMBROS SUPLENTES	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	Nº	Validade
Neicyr Guaycurus	Participantes	ICSS	PI01683	03/04/2018
Rene Santos de Castro	Patrocinador	ANBIMA	CPA-20	06/12/2019

DEMAIS EMPREGADOS DIRETAMENTE RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

GERENTE DE INVESTIMENTOS	Indicação	CERTIFICAÇÃO		
NOME		Certificador	Nº	Validade
Geraldo Rodrigues Trindade	GEINV	ICSS	EI00262	17/11/2019

Glossário

1. Balanço Patrimonial: apresenta a posição financeira e patrimonial da entidade ao fim do exercício fiscal, portanto, uma posição estática. O ativo é o conjunto de bens, direitos e aplicações de recursos e o passivo compreende as obrigações para com Participantes e terceiros.

2. Demonstrações Contábeis: também denominadas "Demonstrações Financeiras", são uma apresentação estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no fim do exercício fiscal. O conjunto das demonstrações contábeis está descrito nas Notas Explicativas.

3. Demonstrativo de Investimentos: revela a alocação de recursos da entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável etc.), a diferença entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial da entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

4. Duration: Termo da língua inglesa utilizado para definir o prazo médio de uma carteira de investimentos ou do passivo.

5. Fundo: ativo administrado pela entidade, que será administrado de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, através da política de investimentos ou outro normativo.

6. Meta atuarial: meta utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do fundo, de forma que os eventuais compromissos futuros (benefícios) da entidade possam ser cumpridos.

7. Notas Explicativas: são complementos às demonstrações contábeis, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias à plena avaliação da situação e da evolução patrimonial da empresa ou entidade.

8. Parecer Atuarial: documento elaborado pelo atuário, no qual este certifica o nível de reservas e a situação financeira e atuarial do plano de benefícios em determinada data, apresenta seus comentários técnicos, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do plano.

9. Participante: pessoa física que adere ao Plano de Benefícios administrado por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar.

10. Patrocinador: empresa ou grupo de empresas que institua Plano de Benefícios de caráter previdenciário para seus empregados por intermédio de Entidade Fechada de Previdência Complementar.

11. Política de investimentos: documento de periodicidade anual que estabelece os parâmetros e normas que deverão ser observados na condução dos investimentos.

12. Taxa de Juros: índice utilizado em economia e finanças para registrar a rentabilidade de um investimento. É o custo do dinheiro no tempo. As taxas poderão ser pré-fixadas (conhecidas previamente) ou pós-fixadas (conhecidas a posteriori).

Gestão dos Investimentos

Galhos de Araucária (*Araucaria angustifolia*), árvore símbolo da região Sul do Brasil

Conjuntura Econômica

2017 foi marcado pelo fim da recessão. Mesmo com um cenário político ainda conturbado, a economia conseguiu avançar em alguns segmentos, ajudada pela retração inflacionária e pela queda na taxa básica de juros. Ainda que a retomada da engrenagem econômica seja lenta, principalmente em função da capacidade ociosa e do desemprego permanecerem em patamares elevados, entre outros motivos, ao menos já há uma luz no fim do túnel. A reforma da previdência ainda está na agenda da discussão política e é uma discussão muito importante no rol de ajustes a serem feitos pelo Governo Federal.

No cenário externo, destaca-se a revisão por parte do Banco Mundial das projeções de crescimento para a economia global. A estimativa para 2017, que era de 2,7% em junho, foi alterada para 3,0%, enquanto que para 2018, a projeção anterior de 2,9% foi alterada para 3,1%. É possível admitir que o bom desempenho da economia mundial seja consequência dos intensos trabalhos realizados pela cúpula europeia e pelo governo americano para estimular o crescimento econômico, através da manutenção do quadro global de ampla liquidez e juros internacionais contidos. Neste contexto, os países desenvolvidos deverão ter crescimento moderado (2,2%), por conta da normalização das políticas monetárias.

1) Cenário Nacional

ATIVIDADE ECONÔMICA

Com inflação controlada, taxa de juros decrescente e melhor perspectiva de avanço da atividade econômica, observamos durante o ano uma forte melhora na confiança do consumidor e da classe empresarial, fatores essenciais para que se obtenha crescimento sustentado de médio e longo prazo.

Assim, conforme divulgado pelo IBGE, o PIB encerrou 2017 com uma evolução de 1,0%, revertendo o resultado apurado em 2016 que mostrou uma contração de 3,6%. De acordo com o relatório FOCUS, do Banco Central, o Produto Interno Bruto em 2018 aponta para uma expansão de 2,7%, e para 2019, o crescimento deverá estar próximo de 3,0%.

INFLAÇÃO

O ano foi marcado por uma forte retração nos preços, surpreendendo até os agentes econômicos. Grande parte desse impacto pode ser creditada a recessão dos últimos anos, que contribuiu para conter o avanço dos preços. A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano em 2,95%, portanto abaixo do piso da meta.

Com a contribuição da safra agrícola, os preços dos produtos alimentícios, que respondem por 25% das despesas das famílias, foram decisivos para as seguidas quedas nas taxas de inflação ao longo de 2017. Por outro lado, os preços de gás, gasolina e energia subiram ao longo do período, mas como têm peso menor na cesta, foram mais do que compensados no cômputo geral.

TAXA DE JUROS

Com os preços mais baixos e expectativas para uma inflação menor, a taxa básica de juros, a Selic, passou por um significativo ciclo de cortes, chegando ao seu menor nível histórico. Nas oito reuniões de 2017, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a Selic sucessivamente, com queda acumulada de 6,75 pontos percentuais, passando de 13,75% ao ano para 7% ao ano.

Em dezembro, o Copom ainda sinalizou a possibilidade de nova redução da Selic, mas apenas em fevereiro de 2018. Segundo o comitê, a continuidade da redução da taxa depende da evolução da atividade econômica e das expectativas de inflação.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Desde 2015 o Brasil está sem o selo de bom pagador. Durante o exercício de 2017 a nota do Brasil permaneceu na mesma posição nas escalas das três principais agências de classificação de risco: dois degraus abaixo do grau de investimento (Moody's -Ba2; Standard&Poor's -BB e Fitch -BB). Além de ser classificado pelas três na segunda nota do grau especulativo, o rating do Brasil foi colocado em perspectiva negativa, o que significa que as agências podem reduzir ainda mais a classificação do país.

2) Cenário Internacional

ESTADOS UNIDOS

O PIB norte americano fechou o ano de 2017 com alta de 2,3%, ante 1,5% em 2016. Segundo analistas financeiros, a manutenção do crescimento do PIB acima do potencial deve continuar melhorando o mercado de trabalho, levando, como consequência, a uma normalização gradual da inflação à frente. O mercado projeta aceleração do PIB dos EUA para 2,4% em 2018, favorecida por condições financeiras flexíveis e um impulso fiscal moderado. Em 2019, o crescimento deve desacelerar para um ritmo ainda saudável de 2,1% à medida que o Fed deverá reduzir gradativamente o estímulo monetário na economia.

EUROPA

Em sua primeira reunião do ano, o Banco Central Europeu (BCE) revelou que a economia da região acelerou de 1,8% em 2016 para 2,5% em 2017, pouco acima do esperado pela maioria dos analistas. O que se observa é um desempenho robusto, porquanto bastante disseminado entre os países membros e calcado na forte demanda interna, com destaque para o investimento. Tal desempenho só foi possível tendo em vista a política monetária colocada em prática na região do Euro, o que contribuiu para a manutenção do quadro global de ampla liquidez e juros internacionais contidos durante o exercício. O mercado acredita que a região deve manter um ritmo

de crescimento forte em 2018, perto do atual. Pelo lado negativo, a incerteza no campo político (BREXIT, Catalunha e eleições na Itália) representa fator de risco para as economias.

CHINA

A economia chinesa expandiu 6,9% em 2017, acima das expectativas de mercado. Analisando a composição do PIB sob a ótica da demanda, houve forte impulso para o crescimento anual vindo do setor externo, em linha com o cenário de melhora disseminada da atividade econômica global. A visão do mercado é de que o governo chinês provavelmente conseguirá administrar uma desaceleração gradual da economia à frente. As projeções apontam para crescimento de 6,3% para o PIB de 2018 e 5,9% em 2019.

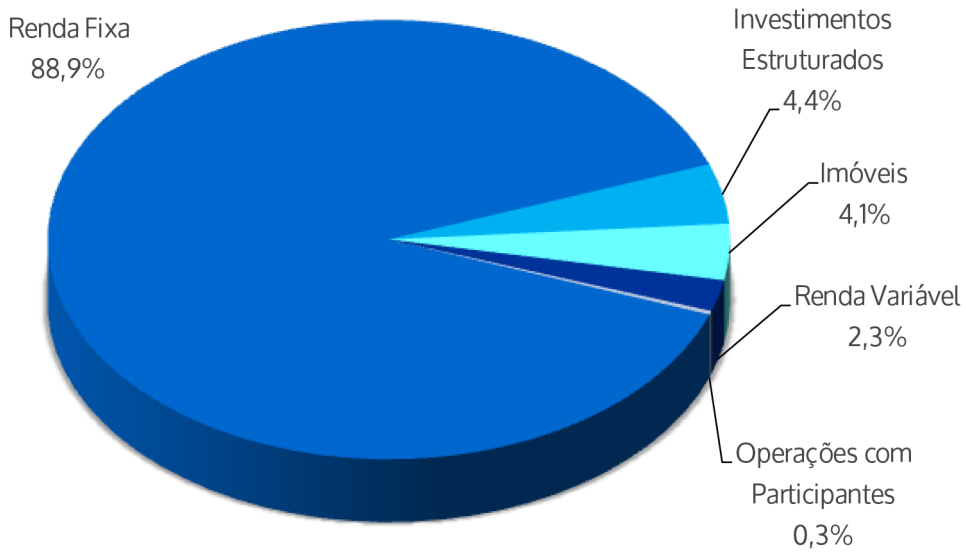
Resultado da Carteira de Investimentos

1. Resultado dos Investimentos do Plano A

PLANO PREVIDENCIAL A – BENEFÍCIO DEFINIDO

A carteira de investimentos do Plano Previdencial A apresentou um resultado positivo de R$ 233.795.399,65, superando em 4,37% o valor orçado.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - PLANO A

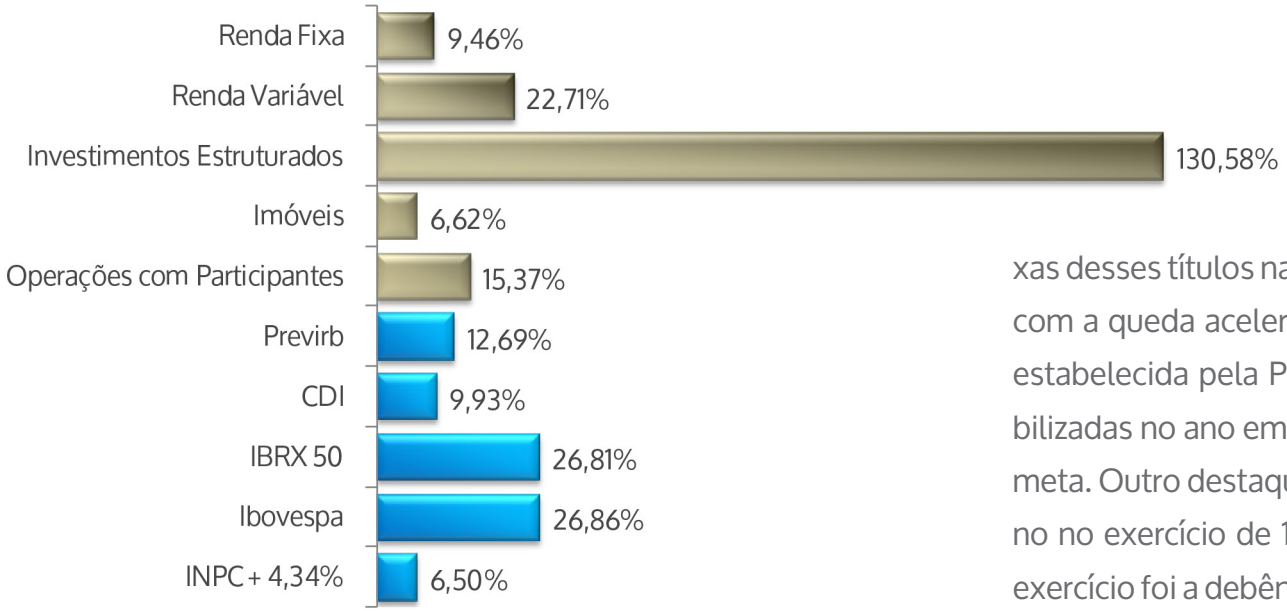


É importante salientar que mesmo considerando todas as medidas de impacto nas reservas técnicas adotadas nos últimos exercícios e que tiveram como objetivo manter o equilíbrio atuarial, o superavit acumulado do Plano BD alcançou em dezembro o montante de R$ 463.609.292,21.

No exercício de 2017, todos os segmentos da carteira de investimentos do Plano BD registraram valorização acima da meta da Política de Investimentos (INPC + 4,34% ao ano, equivalente a 6,50%). Os destaques foram os estruturados, representados pelo FIP Caixa Barcelona com retorno de 130,58%; a renda variável com retorno de 22,71% e as operações de empréstimos com os participantes com retorno de 15,37%.

A seguir, apresentamos o desempenho de cada um dos segmentos da carteira de investimentos, comparados aos principais indicadores do mercado.

RENTABILIDADES - PLANO A



1.1 PERFORMANCE DOS SEGMENTOS

RENDA FIXA

Num ano de queda acelerada da inflação e abaixo das expectativas do mercado financeiro, as taxas de juros foram reduzidas gradativamente, passando de 13,75% ao ano para 7,00% ao ano. Neste cenário, o destaque da carteira de títulos públicos foram as LTN's, não só em função do comportamento dos juros como também das boas taxas desses títulos na carteira de investimentos. As NTN-B's sofreram com a queda acelerada do IPCA, embora tenham superado a meta estabelecida pela Política de Investimentos. As LTN's foram rentabilizadas no ano em 12,65%, contra 8,89% das NTN-B's e 6,50% da meta. Outro destaque da renda fixa foram as debêntures, com retorno no exercício de 14,68%. O principal papel da carteira durante o exercício foi a debênture da Energisa, título privado do setor de energia elétrica e precificado pela variação do mercado. Assim, a rentabilidade final da carteira de renda fixa atingiu 9,46%, contra 6,50% da meta atuarial, ou seja, um desempenho de 145,54%.

RENDA VARIÁVEL

Mesmo com a discussão sobre a reforma da previdência sendo adiada para 2018, o movimento político acabou não impactando o mercado acionário. Ao contrário, com a forte presença do capital externo na bolsa e embalado pelos sinais de recuperação da economia, o

Ibovespa encerrou o último pregão de 2017 aos 76,4 mil pontos e ganho de 26,86%, enquanto que o IBrX-50 valorizou 26,81%. Embora performando abaixo dos principais índices do mercado, o segmento de renda variável mostrou um retorno de 22,71%, contribuindo positivamente para o bom desempenho da carteira de investimentos do Plano BD.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Atingindo em dezembro de 2017 um volume de aproximadamente R$ 91,5 milhões na carteira do Plano BD, o FIP Caixa Barcelona foi a aplicação mais rentável do Plano, com retorno no período de 130,58%. Tal resultado foi influenciado principalmente pela efetivação da abertura do capital do IRB Brasil RE e também pelos recebimentos de juros sobre capital próprio/dividendos referentes ao exercício de 2016.

IMÓVEIS

Durante o exercício de 2017 o setor continuou sendo afetado pelo modesto comportamento da economia brasileira. Os imóveis comerciais continuaram no compasso de espera com a recuperação econômica do país, exibindo altas taxas de vacância e ritmo de negócios ainda lento. Por outro lado, os shoppings centers vêm ensaiando recuperação como resposta à queda observada da taxa de juros e maior oferta de crédito. Assim, o segmento de imóveis da carteira de investimentos do Plano BD apresentou um resultado de 6,62%, ligeiramente acima da meta determinada pela Política de Investimentos, calculada em 6,50%.

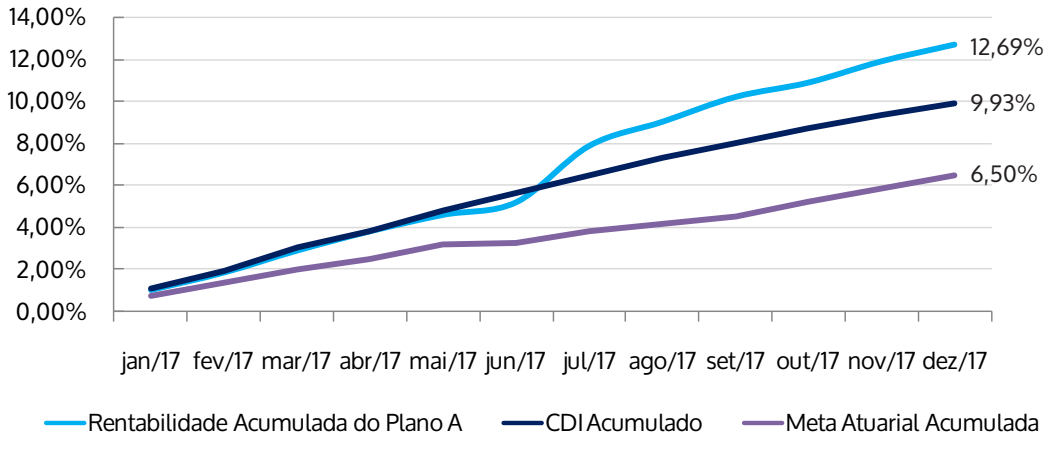
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O Segmento finalizou o exercício de 2017 com 351 contratos de empréstimos, quantidade 2,5% inferior a dezembro/16 e volume praticamente estável, de R$ 5,56 milhões contra R$ 5,60 milhões no fim do ano anterior. Cabe ressaltar que, embora com um retorno de 15,37% no período analisado, o resultado final foi afetado pela variação do INPC no exercício, indexador dos empréstimos do Plano A, bem abaixo das expectativas.

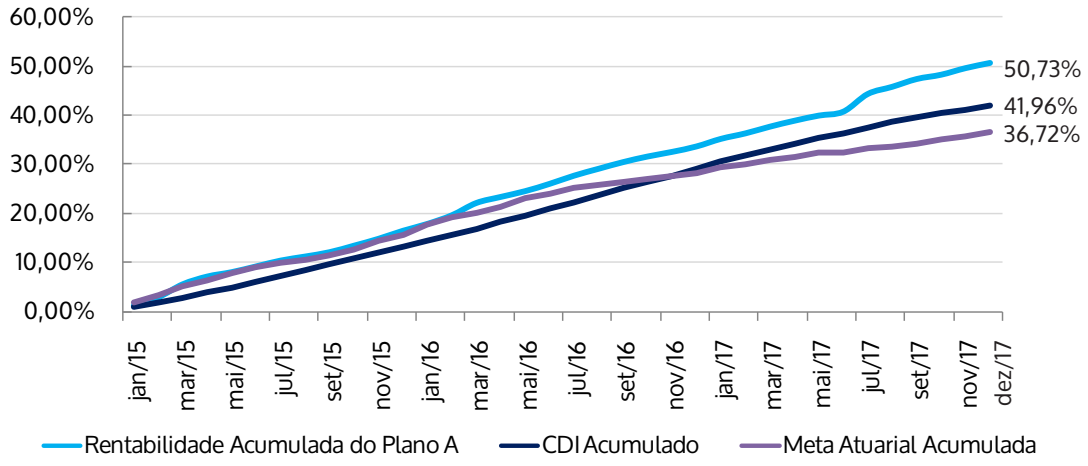
1.2. DESEMPENHO ACUMULADO DO PLANO A

Apresentamos a seguir o desempenho acumulado nas diversas janelas temporais e salientamos o resultado em 60 meses, com a performance acumulada de 136% a meta atuarial.

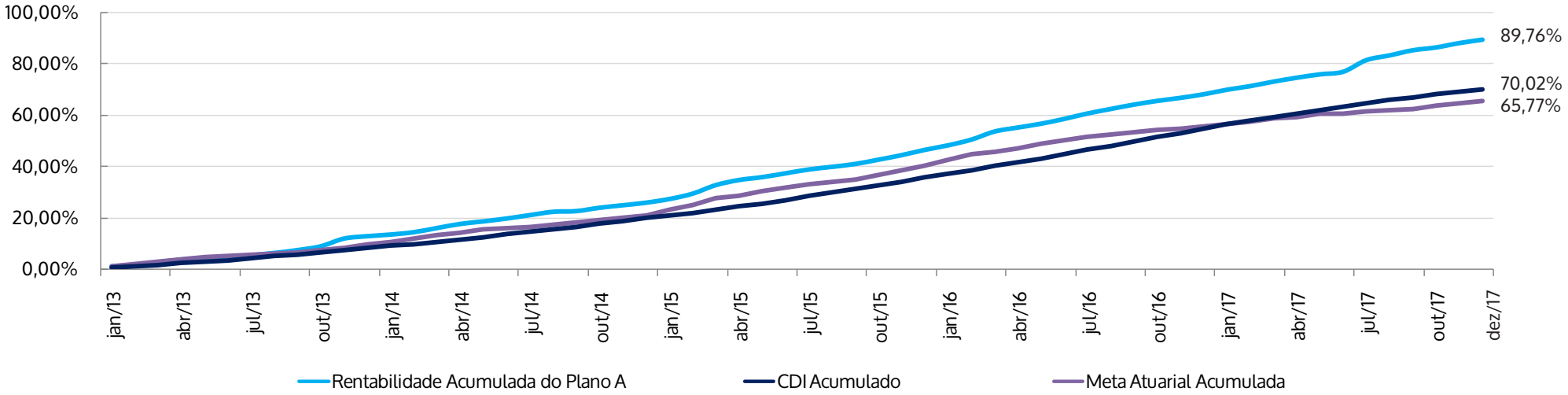
12 Meses



36 Meses



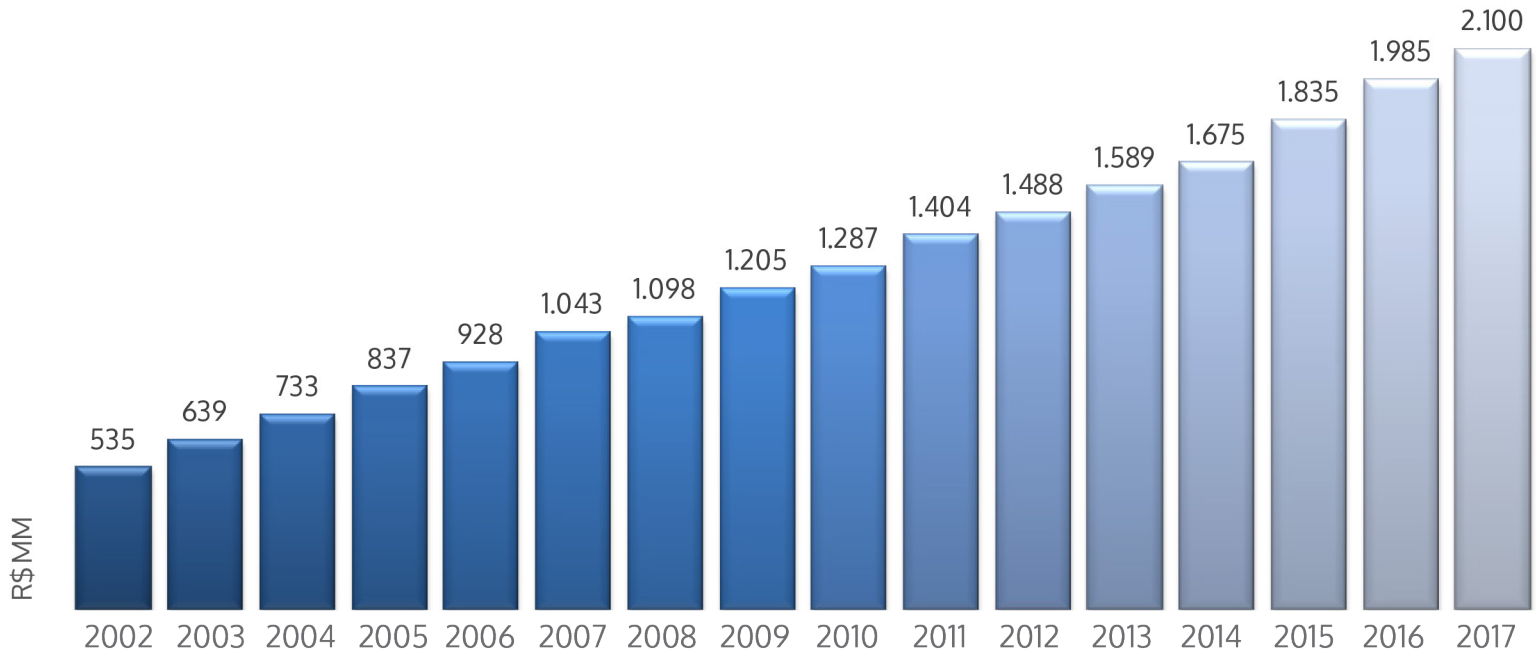
60 Meses



1.3 ATIVO TOTAL

Apesar do fluxo previdencial negativo acumulado no exercício, de R$ 113.365.919,80, peculiar a um plano previdencial maduro, o ativo total do Plano A atingiu em dezembro de 2017 o montante de R$ 2.100.310.465,23, contra R$ 1.984.660.348,83 no mesmo período de 2016, evoluindo 5,83%.

EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL - PLANO A



2. Resultado dos Investimentos do Plano B

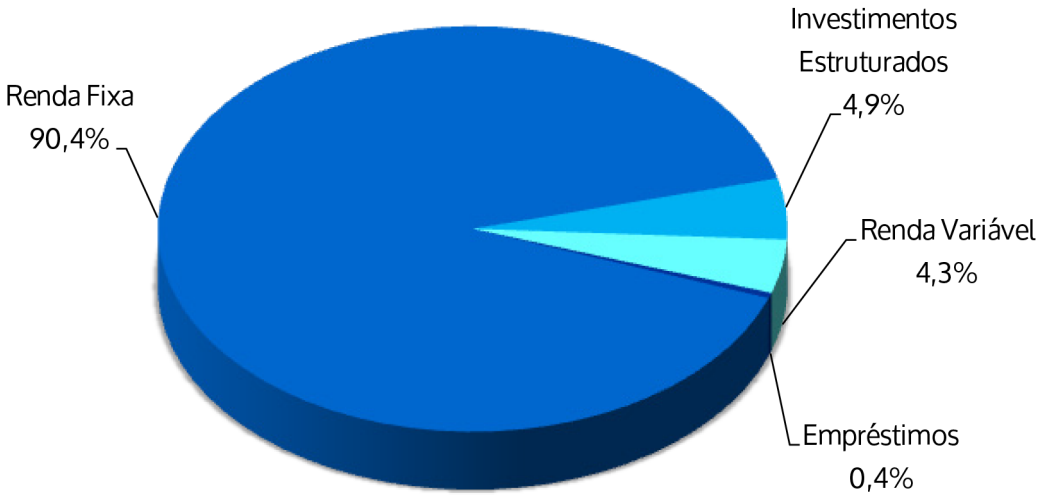
PLANO PREVIDENCIAL B – CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

A carteira de investimentos do Plano Previdencial B mostrou um resultado também positivo de R$ 14.480.879,00, superando em 15,30% o valor orçado. Com isso, o resultado final acumulado no exercício, após ajustes provenientes das variações das reservas técnicas, fluxo previdencial (contribuições coletadas, deduzidos os benefícios pagos) e despesas administrativas, ficou em R$ 1.400.412,53.

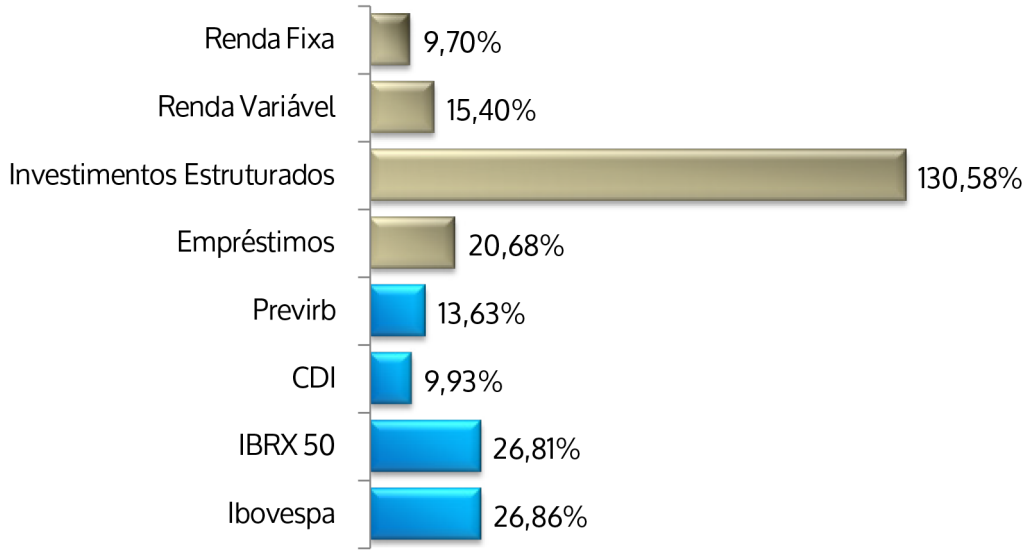
O retorno final da Carteira de investimentos do Plano B no exercício foi de 13,63%, contra 9,93% da meta determinada pela Política de Investimentos (100% do CDI). Da mesma forma que no Plano A, essa performance se deu principalmente por conta da rentabilidade alcançada pelo FIP Caixa Barcelona (130,58%), pelo desempenho positivo da carteira de ações (15,40%) e pelo retorno alcançado pelas operações de empréstimos com os participantes (20,68%).

A seguir apresentamos o desempenho de cada um dos segmentos da carteira de investimentos, comparados aos principais indicadores do mercado.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - PLANO B



RENTABILIDADES - PLANO B



2.1. PERFORMANCE DOS SEGMENTOS

RENDA FIXA

Em 2017 o segmento de renda fixa apresentou um retorno de 9,70%, equivalente a 97,68% do CDI, índice de referência da Política de Investimentos para o segmento. Analisando a carteira, observa-se que durante o exercício os papéis atrelados aos juros e os pré-fixados apresentaram um melhor desempenho comparativamente aos títulos indexados à inflação.

Como consequência da queda acelerada da inflação durante o exercício de 2017, as NTN-B's, ativos indexados ao IPCA mais taxa de juros, mostraram um retorno de 8,56%, abaixo do índice de referência estabelecido pela Política de Investimentos, de 9,93%. Os destaques positivos foram as debêntures, com retorno de 15,03%. O principal papel da carteira de debêntures durante o exercício foi Energisa, título privado do setor de energia elétrica e precificado pela variação do mercado. As LTN's também tiveram um bom desempenho, mostrando um retorno de 12,89%, acima da referência de 9,93%.

RENDA VARIÁVEL

Conforme o cenário apresentado no Plano A, o mercado acionário, embalado pelos sinais de recuperação da economia e com forte presença do capital externo na bolsa, encerrou o ano com significativa valorização dos principais índices. O Ibovespa terminou o último pregão de 2017 aos 76,4 mil pontos e ganho de 26,86%, enquanto o IBrX-50 valorizou 26,81%. Embora performando abaixo dos principais índices do mercado, o segmento de renda variável mostrou um retorno de 15,40%, contribuindo assim para o bom desempenho da carteira de investimentos do Plano CV.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O FIP Caixa Barcelona contribuiu de forma significativa para o bom desempenho do Plano durante o exercício de 2017. Com um volume de aproximadamente R$ 6,2 milhões na carteira do Plano CV, o fundo mostrou um retorno no período de 130,58%. Tal resultado foi influenciado principalmente pela efetivação da abertura do capital do IRB Brasil RE e também pelos recebimentos de juros sobre capital próprio/dividendos referentes ao exercício de 2016.

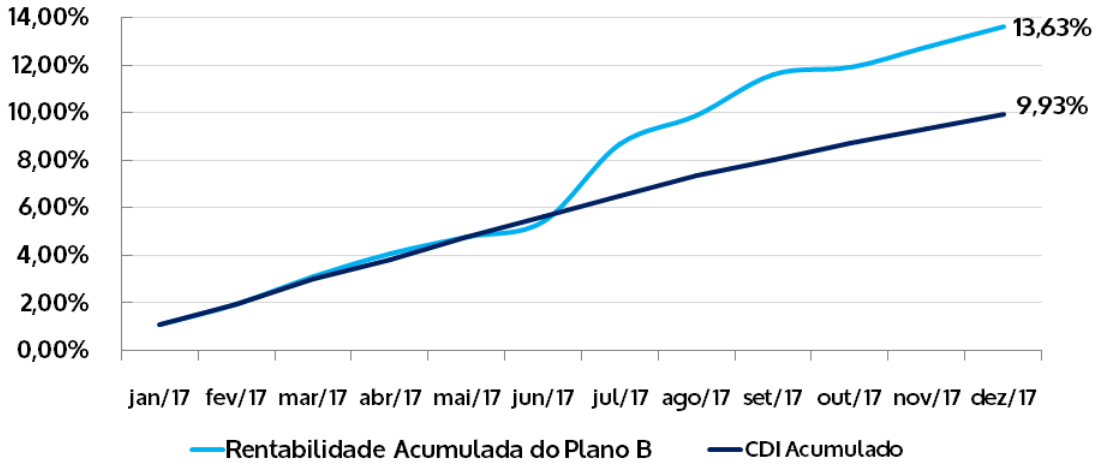
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

As operações com participantes finalizaram o exercício de 2017 com 53 contratos de empréstimos, contra 45 do ano de 2016. O volume apresentado foi de R$ 548 mil contra R$ 424 mil ao fim do ano anterior, representando um acréscimo de 29% na carteira de empréstimos. Com isso, o retorno do segmento atingiu 20,68% no ano, superando o índice de referência (100% CDI) de 9,93%.

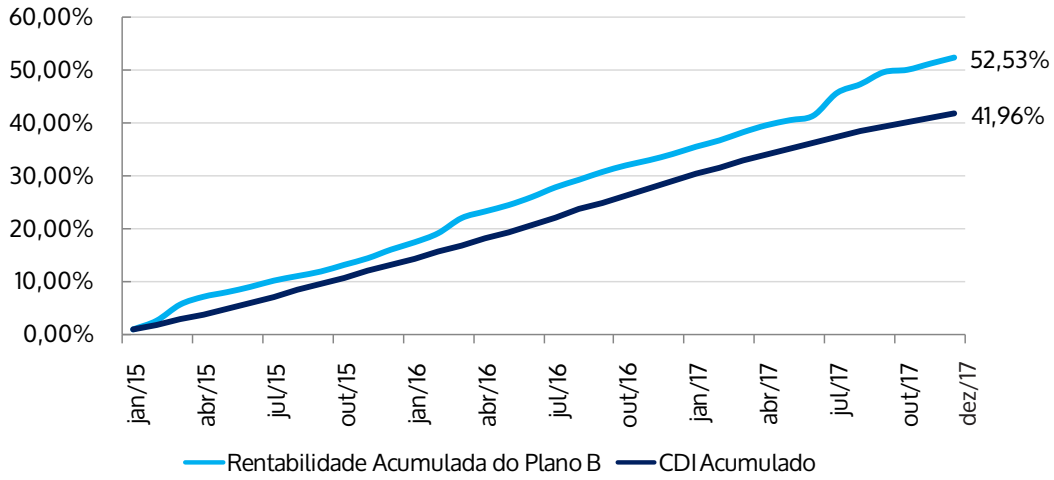
2.2 DESEMPENHO ACUMULADO DO PLANO B

Abaixo apresentamos o desempenho acumulado nas diversas janelas temporais e salientamos o resultado em 60 meses, com a performance acumulada de 121% do CDI.

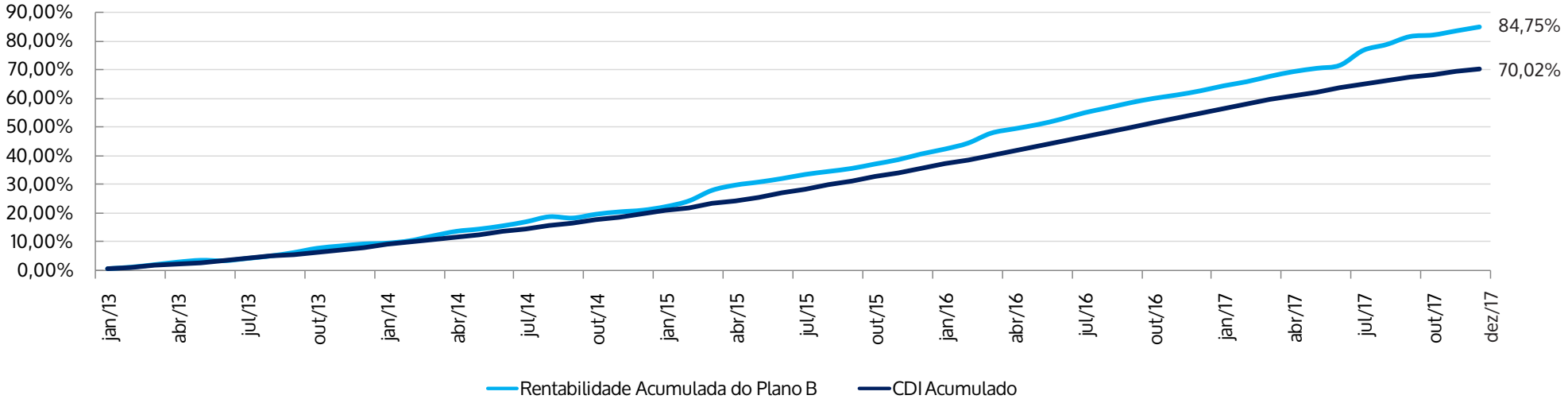
12 Meses



36 Meses



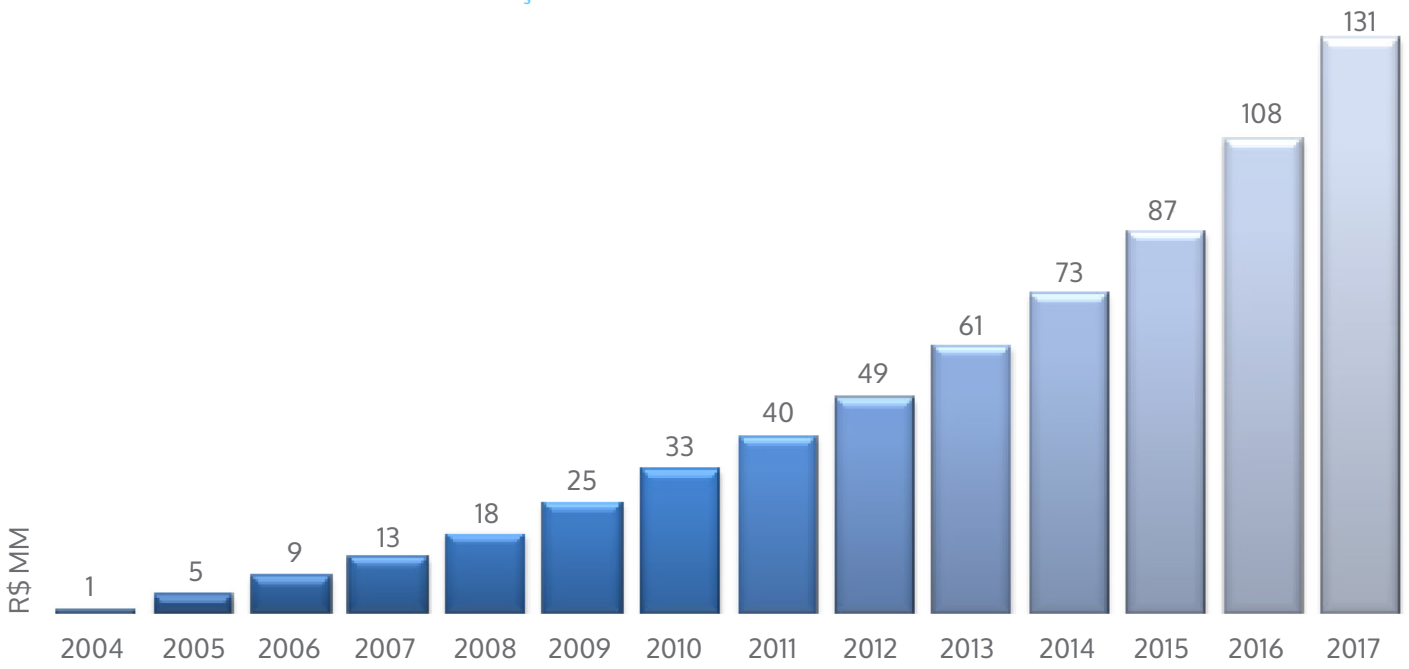
60 Meses



2.3 ATIVO TOTAL

O ativo total do Plano B atingiu em dezembro de 2017 o montante de R$ 130.956.229,95, contra R$ 107.681.987,25 no mesmo período de 2016, evoluindo 21,61%.

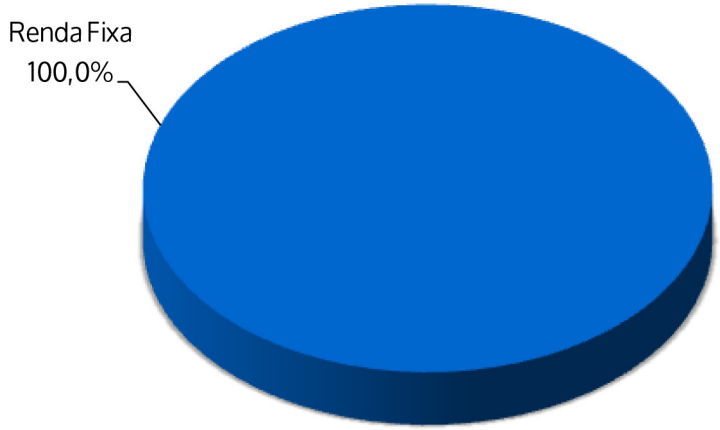
EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL - PLANO B



3. Resultado dos Investimentos do PGA

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

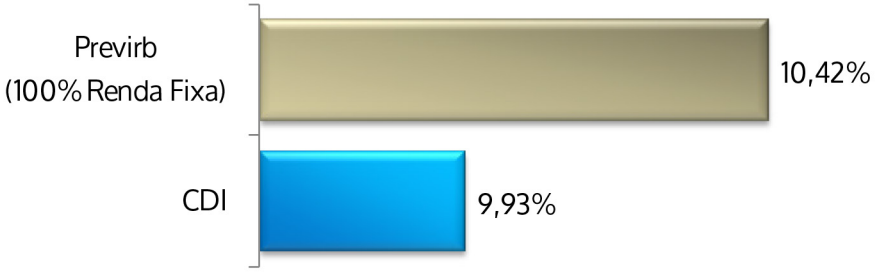
DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - PGA



O Plano de Gestão Administrativa (PGA) apresentou em 2017 um resultado de R$ 3.387.883,83, contra um orçado de R$ 2.928.502,00, representando uma variação positiva de 15,67%. Formada exclusivamente por papéis de renda fixa, a carteira de investimentos do PGA também foi influenciada no exercício pela inflação controlada - abaixo das expectativas – e pela queda gradual das taxas de juros. Com uma atuação coordenada entre ativos prefixados e pós-fixados, o Plano atingiu um retorno acumulado de 10,42%, superando o índice de referência determinado pela Política de Investimentos, de 9,93%.

A seguir apresentamos o desempenho do segmento da carteira de investimentos, comparado ao índice de referência.

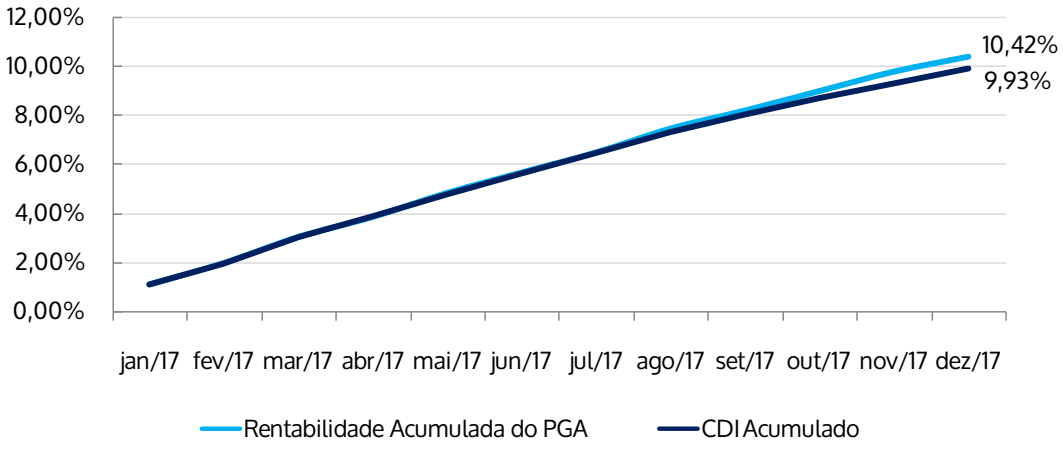
RENTABILIDADES - PGA



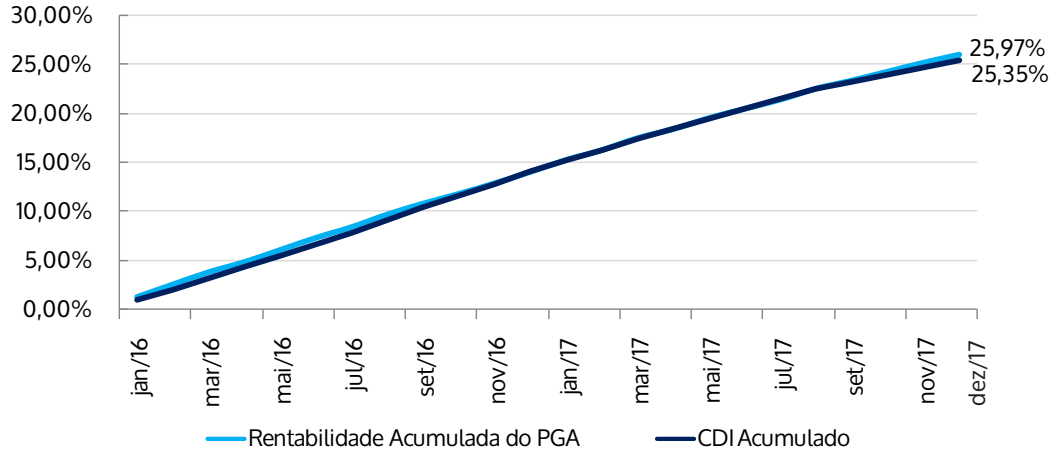
3.1. DESEMPENHO ACUMULADO DO PGA

A seguir, apresentamos o desempenho acumulado nas diversas janelas temporais e salientamos o resultado em 36 meses, com a performance acumulada de 106% do CDI.

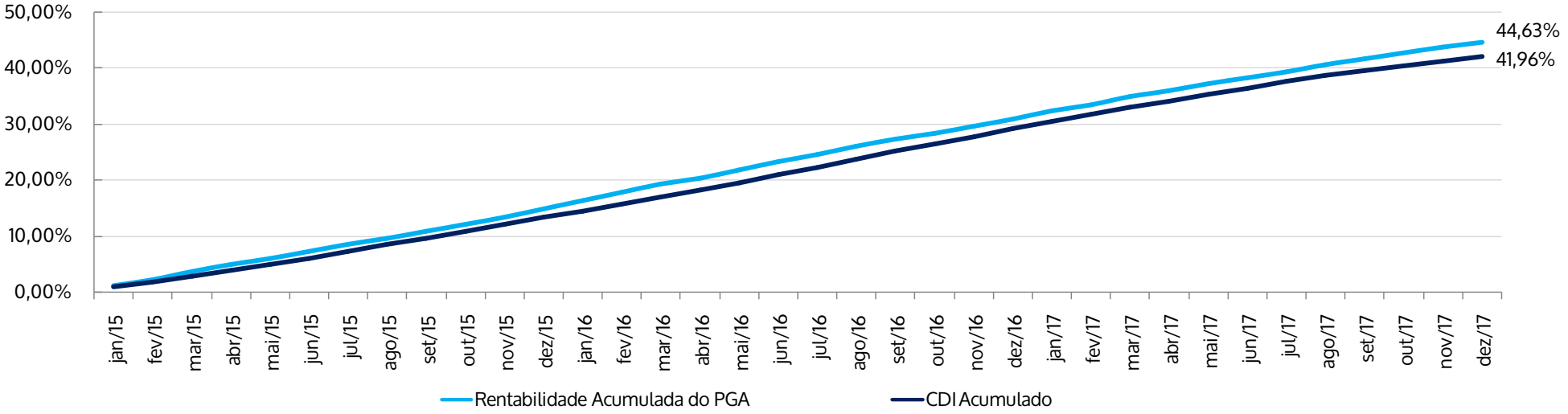
12 Meses



24 Meses

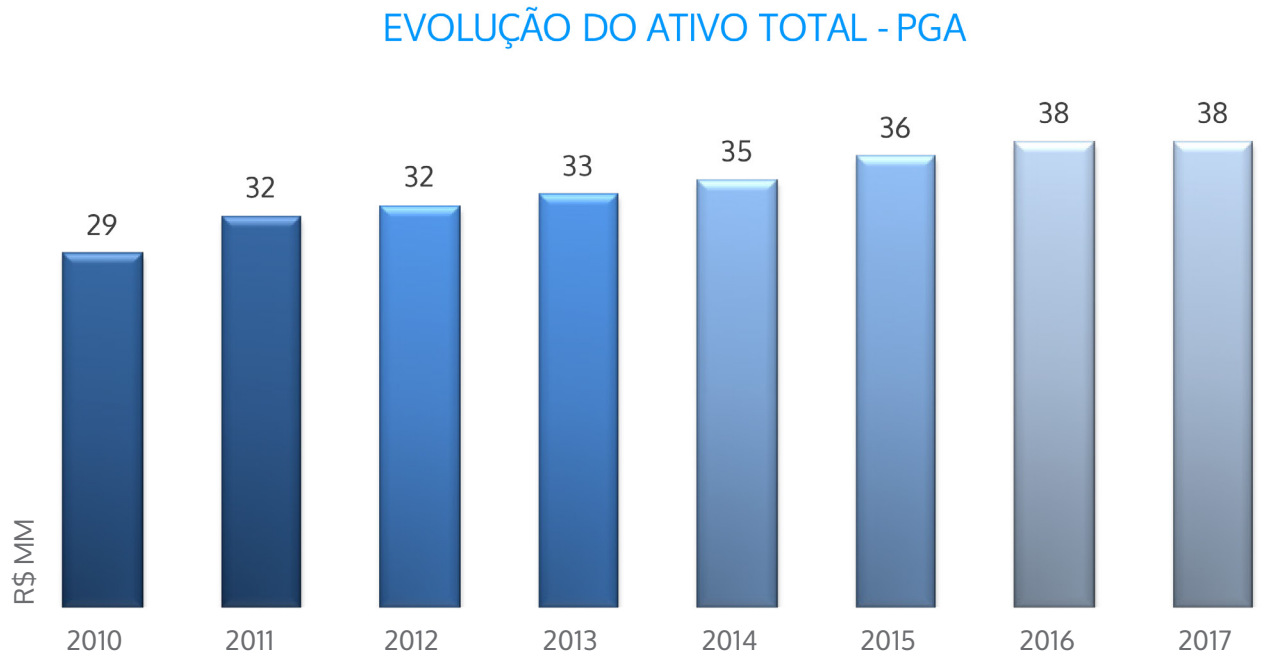


36 Meses



3.2. ATIVO TOTAL

O ativo total do PGA atingiu em dezembro de 2017 o montante de R$ 37.602.844,03, contra R$ 37.608.416,84 no mesmo período de 2016, praticamente estável.



Demonstrativos de Investimentos

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL A							
SEGMENTOS	Exercício 2017		Exercício 2016		Plano de Aplicação 2017		Res. CMN nº 3.792 Máximo
					Máximo		
	%	R$	%	R$	%	R$	
1. RENDA FIXA	**90,00%**	**1.839.568.849**	**91,65%**	**1.766.273.235**	**100,0%**	**2.044.023.684**	**100%**
1.1 Títulos Públicos Federais	68,11%	1.392.240.543	66,16%	1.274.923.293	100,0%	2.044.023.684	100%
A) NTN's	64,92%	1.326.985.041	62,95%	1.213.080.696	-	-	-
B) LTN's	3,19%	65.255.502	3,21%	61.842.597	-	-	-
1.2 Títulos Privados	17,44%	356.504.731	22,97%	442.608.682	70,0%	1.430.816.579	80%
A) DSTE's	0,77%	15.706.200	1,94%	37.303.517	-	-	-
B) LF's	16,67%	340.798.532	21,03%	405.305.165	-	-	-
1.3 Fundos de Investimentos	4,44%	90.823.575	2,53%	48.741.260	20,0%	408.804.737	NA
A) Bradesco FI REF DI Premium	1,05%	21.518.690	0,74%	14.312.150	-	-	-
B) Bradesco H FI RF DI LP	0,05%	999.189	0,01%	257.028	-	-	-
C) Itaú High Grade RF CP FIC FI	1,67%	34.053.717	0,52%	10.098.831	-	-	-
D) Santander FIC FI INST. RF REF DI	1,68%	34.251.979	1,25%	24.073.252	-	-	-
2. RENDA VARIÁVEL	**2,32%**	**47.448.233**	**1,60%**	**30.817.576**	**15,0%**	**306.603.553**	**70%**
A) Ações (mercado a vista) + Opções*	2,32%	47.448.233	1,60%	30.817.576		-	
3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	**4,48%**	**91.476.015**	**3,13%**	**60.225.485**	**5,0%**	**102.201.184**	20%
4. IMÓVEIS	**4,16%**	**84.954.855**	**4,50%**	**86.657.000**	**8,0%**	**163.521.895**	8%
A) Locadas a Terceiros	3,37%	68.822.043	3,64%	70.157.000	-	-	-
B) Rendas de Participações	0,79%	16.132.813	0,86%	16.500.000	-	-	-
5. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	**0,27%**	**5.568.653**	**0,29%**	**5.603.854**	**2,0%**	**40.880.474**	**15,0%**

continua na página seguinte

continuação da página anterior

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL A							
SEGMENTOS	Exercício 2017		Exercício 2016		Plano de Aplicação 2017		Res. CMN nº 3.792 Máximo
					Máximo		
	%	R$	%	R$	%	R$	
6. VALORES A RECEBER	**0,04%**	**849.888**	**0,05%**	**883.167**			
A) Renda Variável	0,02%	418.078	0,01%	275.751			
B) Investimentos Imobiliários	0,02%	431.810	0,03%	607.416			
I - REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS	**101,26%**	**2.069.866.493**	**101,21%**	**1.950.460.317**			
7. (+) DISPONÍVEL	**0,00%**	**40.328**	**0,01%**	**149.768**			
8. (-) EXIGÍVEL DE INVESTIMENTOS	**-1,27%**	**-25.883.137**	**-1,22%**	**-23.453.621**			
II- RECURSOS GARANTIDORES	**100,00%**	**2.044.023.684**	**100,00%**	**1.927.156.464**			

*** Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,0%.**

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL B							
SEGMENTOS	Exercício 2017		Exercício 2016		Plano de Aplicação 2017		Res. CMN nº 3.792 Máximo
					Máximo		
	%	R$	%	R$	%	R$	
1. RENDA FIXA	**90,42%**	**115.048.890**	**94,02%**	**97.957.041**	**100,0%**	**127.236.221**	**100%**
1.1 Títulos Públicos Federais	50,00%	63.622.299	51,07%	53.208.413	100,0%	127.236.221	100%
A) NTN's	43,22%	54.996.231	45,30%	47.197.468	-	-	-
B) LTN's	6,78%	8.626.068	5,77%	6.010.945	-	-	-
1.2 Títulos Privados	29,59%	37.643.362	35,88%	37.383.783	80,0%	101.788.977	80%
A) DSTE's	1,85%	2.355.930	2,77%	2.888.765	-	-	-
B) LF's	27,73%	35.287.432	33,11%	34.495.018	-	-	-
1.3 Fundos de Investimentos	10,83%	13.783.229	7,07%	7.364.845	20,0%	25.447.244	NA
A) Bradesco FI REF DI Premium	2,44%	3.107.512	2,10%	2.188.527	-	-	-
B) Bradesco H FI RF DI LP	0,97%	1.230.633	0,04%	40.869	-	-	-
C) Itaú High Grade RF CP FIC FI	3,59%	4.570.375	2,44%	2.545.987	-	-	-
D) Santander FIC FI INST. RF REF DI	3,83%	4.874.709	2,49%	2.589.462	-	-	-
2. RENDA VARIÁVEL	**4,23%**	**5.381.793**	**1,62%**	**1.685.346**	**15,0%**	**19.085.433**	**70%**
A) Ações (mercado a vista) + Opções*	4,23%	5.381.793	1,62%	1.685.346		-	
3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	**4,86%**	**6.189.377**	**3,91%**	**4.074.928**	**6,0%**	**7.634.173**	20%
4. EMPRÉSTIMOS	**0,43%**	**547.532**	**0,41%**	**423.801**	**5,0%**	**6.361.811**	15%
5. VALORES A RECEBER	**0,04%**	**52.701**	**0,01%**	**11.964**			
A) Renda Variável	0,04%	52.701	0,01%	11.964			
I - REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS	**99,99%**	**127.220.293**	**99,97%**	**104.153.080**			
6. (+) DISPONÍVEL	**0,01%**	**15.928**	**0,03%**	**30.231**			
7. (-) EXIGÍVEL DE INVESTIMENTOS	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**-431**			
II- RECURSOS GARANTIDORES	**100,00%**	**127.236.221**	**100,00%**	**104.182.880**			

*** Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,0%.**

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PGA							
SEGMENTOS	Exercício 2017		Exercício 2016		Plano de Aplicação 2017		Res. CMN nº 3.792 Máximo
					Máximo		
	%	R$	%	R$	%	R$	
1. RENDA FIXA	**100,0%**	**34.172.063**	**100,0%**	**33.985.216**	**100,0%**	**34.172.063**	**100%**
1.1 Títulos Públicos Federais	33,6%	11.491.408	40,0%	13.587.759	100,0%	34.172.063	100%
A) NTN's	25,2%	8.597.882	24,7%	8.388.749	-	-	-
B) LTN's	8,5%	2.893.525	15,3%	5.199.010	-	-	-
1.2 Títulos Privados	57,0%	19.476.946	51,6%	17.523.686	80,0%	27.337.650	80%
A) DSTE's	1,4%	471.186	6,0%	2.042.744	-	-	-
B) LF's	55,6%	19.005.760	45,6%	15.480.942	-	-	-
1.3 Fundos de Investimentos	9,4%	3.203.709	8,5%	2.873.772	50,0%	17.086.031	NA
A) Bradesco FI REF DI Premium	0,0%	0	3,6%	1.232.237	-	-	-
B) Bradesco H FI RF DI LP	0,4%	132.576	0,1%	26.088	-	-	-
C) Itaú High Grade RF CP FIC FI	4,8%	1.640.156	2,8%	944.338	-	-	-
D) Santander FIC FI INST. RF REF DI	4,2%	1.430.977	2,0%	671.109	-	-	-
I - TOTAL DE INVESTIMENTOS	**100,0%**	**34.172.063**	**100,0%**	**33.985.216**			

1. GESTÃO TERCEIRIZADA - FUNDOS

Investimentos Com Gestão Terceirizada

INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA - Posição em 31 de Dezembro 2017 -								
FUNDOS DE INVESTIMENTO		GESTOR	DISTRIBUIÇÃO					
			Plano	SALDO	Partic. S/ Total dos Recursos Garantidores do Plano	Participação Sobre Total Terceirizado	Participação S/ Patrimônio do Fundo de Investimentos
REFERENCIADO	BRADESCO FI REF DI PREMIUM	BRADESCO	A	21.518.689,53	1,04%	10,47%	0,2296%
			B	3.107.511,69	2,98%	1,51%	0,0332%
			PGA*	-	0,00%	0,00%	0,0000%
	SANTANDER FIC FI INST. RF REF DI	Santander	A	34.251.979,47	1,65%	16,67%	0,6392%
			B	4.874.708,80	4,68%	2,37%	0,0910%
			PGA	1.430.977,01	4,18%	0,70%	0,0267%
	ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI	ITAÚ	A	34.053.716,93	1,65%	16,57%	1,3213%
			B	4.570.375,37	4,39%	2,22%	0,1773%
			PGA	1.640.156,33	4,79%	0,80%	0,0636%
	BRADESCO H FI RF DI LP	BRADESCO	A	999.189,08	0,05%	0,49%	0,0172%
			B	1.230.633,23	1,18%	0,60%	0,0212%
			PGA	132.575,83	0,39%	0,06%	0,0023%
PARTICIPAÇÕES	FIP CAIXA BARCELONA	C.E.F.	A	91.476.015,16	4,42%	44,52%	11,7078%
			B	6.189.376,81	5,94%	3,01%	0,7922%
TOTAL				205.475.905,24	9,30%	100,00%	

*Resgate Total do Fundo Bradesco Premium no plano PGA em 07/11/2017.

Política de Investimentos 2018 - 2022

Conforme estabelece a Resolução CGPC n° 7, de 4 de dezembro de 2003, as Políticas de Investimentos devem ser elaboradas tendo um horizonte de 60 meses e revisadas anualmente. Sendo assim, para o período 2018/2022 procedemos apenas a ajustes necessários ao novo cenário econômico, mantendo as diretrizes que dizem respeito à macroalocação dos investimentos da PREVIRB.

As políticas de investimentos apresentam as diretrizes para a aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pela PREVIRB, cujas principais características são:

PLANOS	CADATRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS - CNPB	META ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA
PLANO PREVIDENCIAL A - BENEFÍCIO DEFINIDO	1977.0001-18	INPC + 4,38% a.a.
PLANO PREVIDENCIAL B - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	2003.0019-56	100% do CDI*
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	-	100% do CDI

(*) O índice de referência estabelecido na Política de Investimentos para o Plano B é o CDI. Para os benefícios definidos do Plano, a meta atuarial foi definida como a variação do INPC + 4,36% ao ano.

Os itens a seguir referem-se aos Planos A, B e PGA e complementam as informações contidas no Capítulo V, Art.16, da Resolução CMN n° 3.792, de 24 de setembro de 2009.

QUADRO DE PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS

DERIVATIVOS	APREÇAMENTO	PRINCÍPIOS SOCIOAMBIENTAIS
Os planos de benefícios privilegiam a utilização dos instrumentos derivativos que tenham como finalidade a proteção dos investimentos, desde que na modalidade "com garantia".	A entidade, à exceção dos ativos constantes nos fundos de investimentos, optou pela marcação de seus ativos de renda fixa na curva.	A entidade adota ao longo da vigência da política, que os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão formal a protocolos de regras.

QUADRO RESUMO DOS LIMITES E META/ÍNDICE DE REFERÊNCIA 2018

PLANO PREVIDENCIAL A (BD)

SEGMENTO	META	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE MÁXIMO
Renda Fixa	**INPC + 4,38% ao ano**	**100%**	**86,5%**	**100,0%**
Títulos Públicos	-	100%	-	100,0%
Títulos Privados	-	80%	-	70,0%
Fundos de Investimentos	-	NA	-	20,0%
Renda Variável	**100% do IBrX-50**	**70%**	**4,0%**	**15,0%**
Ações (mercado a vista) +Opções (*)	100% do IBrX-50	70%	4,0%	15,0%
Investimentos estruturados	**INPC + 4,38% ao ano**	**20%**	**5,0%**	**6,5%**
Investimentos no exterior	**-**	**10%**	**-**	**-**
Imóveis	**INPC + 4,38% ao ano**	**8%**	**4,0%**	**8,0%**
Operações com participantes	**INPC + 4,38% ao ano**	**15%**	**0,5%**	**2,0%**

(*) Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,0%.

QUADRO RESUMO DOS LIMITES E META/ÍNDICE DE REFERÊNCIA 2018

PLANO PREVIDENCIAL B (CV)

SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE MÁXIMO
Renda Fixa	**CDI**	**100%**	**85,8%**	**100,0%**
Títulos Públicos	-	100%	-	100,0%
Títulos Privados	-	80%	-	80,0%
Fundos de Investimentos	-	-	-	20,0%
Renda Variável	**100% do IBrX-50**	**70%**	**7,0%**	**15,0%**
Ações (mercado à vista) + Opções (*)	100% do IBrX-50	70%	7,0%	15,0%
Investimentos estruturados	**CDI**	**20%**	**5,5%**	**7,5%**
Investimentos no exterior (**)	**CDI**	**10%**	**1,0%**	**1,5%**
Imóveis	**-**	**8%**	**-**	**-**
Operações com participantes	**CDI**	**15%**	**0,7%**	**5,0%**

(*) Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,0%.
(**) Vedada a aplicação em títulos soberanos de países emergentes.

QUADRO RESUMO DOS LIMITES E META/ÍNDICE DE REFERÊNCIA 2018

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	LIMITE LEGAL	LIMITE MÁXIMO
Renda Fixa	**CDI**	**100%**	**100,0%**
Títulos Públicos	-	100%	100,0%
Títulos Privados	-	80%	80,0%
Fundos de Investimentos	-	-	50,0%

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO QUALIFICADO - AETQ	
NOME	JOÃO BOSCO QUADROS BARROS
CARGO	DIRETOR FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS
Certificado pelo ICSS - Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social - para exercer atividades na área de Investimentos em Fundações de Previdência Complementar.	
Certificado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais através do certificado CPA10.	

As políticas de investimentos estão disponíveis, na íntegra, no site da PREVIRB (www.previrb.com.br) para consulta pelos participantes e assistidos.

AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCO	
TIPO	ADERÊNCIA
Risco de Mercado	✓
Risco de Crédito	✓
Risco de Liquidez	✓
Risco Legal	✓
Risco Operacional	✓
Risco de Sistêmico	✓
Risco Atuarial	✓
Risco de Solvência	✓

Benefícios

Fruto do Cajueiro (*Anacardium occidentale*), árvore originária da região nordeste do Brasil

No exercício de 2017 não houve alteração no Estatuto e nos Regulamentos dos Planos Previdenciais administrados pela PREVIRB.

Gestão Previdencial

I – Estudos Técnicos

A cada ano a PREVIRB realiza testes e estudos técnicos para verificação da adequação e convergência das hipóteses atuariais adotadas com as características dos planos de benefícios e com o perfil da massa de Participantes. Além disso, os Patrocinadores do Plano são responsáveis pelo envio de informação acerca da expectativa de crescimento salarial e da rotatividade esperada. Com base nessas informações e estudos o Conselho Deliberativo da Fundação decide sobre as hipóteses e premissas que serão adotadas pelos Planos Previdenciais para o exercício seguinte.

Os estudos desenvolvidos pela consultoria externa foram validados e aprovados pelas instâncias competentes da Fundação. Abaixo apresentamos as hipóteses aprovadas:

HIPÓTESES	Plano Previdencial A	Plano Previdencial B
Tábua de Mortalidade Geral	Grupo Plano A – BR-EMSsb - 2015 M&F Grupo "Pré-68" – AT-2000 (suavizada em 10%) M&F	BR-EMSsb - 2015 M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85	MI-85
Taxa de Juros Técnicos	4,38% a.a.	4,36% a.a.
Fator de Capacidade	0,9803	0,9803
Projeção de Crescimento Salarial	Nulo	1% acima do IPCA
Rotatividade	Nula	2,50%
Custo de Pensão		
Benefícios a Conceder	Família Real	Exp. Plano B 2017 – Fator de Reversão Médio
Benefícios Concedidos	Família Real	Família Real
REGIME FINANCEIRO E MÉTODO FINANCEIRO		**Capitalização**
Renda de Aposentadoria	Capitalização e Agregado	Capitalização
Aposentadoria por Invalidez		Capitalização e Sistema Misto
Pensão por Morte		Repartição de Capitais de Cobertura
Pecúlio por Morte		Repartição Simples
Auxílio-Funeral	-	Repartição Simples
Renda Temporária de Auxílio-Doença	-	Repartição de Capitais de Cobertura

Informamos que foram alteradas as seguintes hipóteses atuariais no Plano Previdencial A:

(i) a Tábua de Mortalidade Geral do Grupo de Custeio "Pré-68" passou de BR-EMSsb - 2015 M&F para AT-2000 M&F (suavizada em 10%), em razão de ter apresentado maior aderência a massa de participantes desse grupo.

(ii) a Taxa de Juros Atuariais aumentou de 4,34%a.a para 4,38%a.a., que corresponde ao limite mínimo pré-autorizado, conforme disposto na Portaria Previc n° 375/2017, que definiu o "corredor" de taxas de juros, considerando a duration do passivo, calculada na Avaliação

Atuarial de 2016 (10,91 anos). Essa pequena elevação resultou na diminuição das provisões matemáticas.

(iii) o Fator de Capacidade passou de 0,9800 para 0,9803, em conformidade com o resultado dos testes de aderência. Este fator é utilizado para determinar o valor real dos salários e dos benefícios ao longo do tempo. Como a taxa de inflação diminuiu, estima-se que será menor a perda inflacionária futura e, consequentemente, maiores serão as provisões matemáticas.

(iv) a composição familiar passou de Exp. Plano A 2016 – Fator de Reversão Médio para Família Real. A alteração dessa variável, utilizada no cálculo das reservas matemáticas de benefícios a conceder de Melhoria de Pensão por Morte, levou em consideração que a base cadastral da PREVIRB é confiável e os participantes e assistidos tem boa adesão aos processos de recadastramento.

E no Plano Previdencial B foram alteradas as seguintes hipóteses:

(i) o Fator de Capacidade passou de 0,9800 para 0,9803, com a mesma justificativa do Plano A.

(ii) a Rotatividade passou de 1,25% para 2,50%. Alteração realizada com base na experiência do grupo segurado.

(iii) o Custo de Pensão, para o cálculo da Reserva de Benefícios a Conceder, passou de Exp. Plano B 2016 – Fator de Reversão Médio para Exp. Plano B 2017 – Fator de Reversão Médio. Neste caso, é importante atualizar os dados dos participantes e seus beneficiários vitalícios, pois os participantes são jovens e a tendência é que seja alterada a composição familiar que possuíam na data de entrada no Plano.

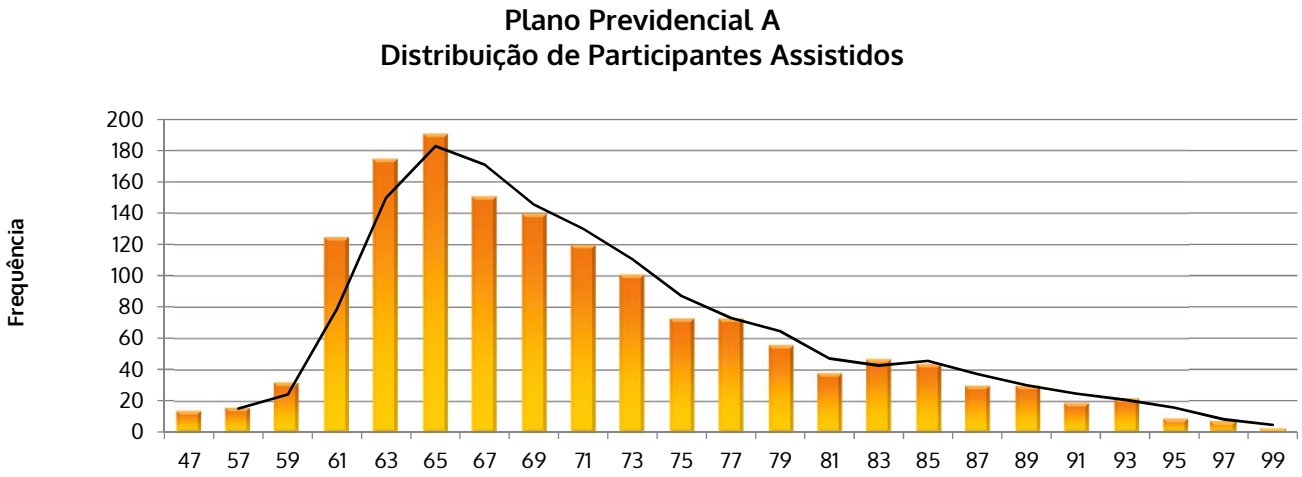
II – Plano Previdencial A

a) Perfil dos Participantes

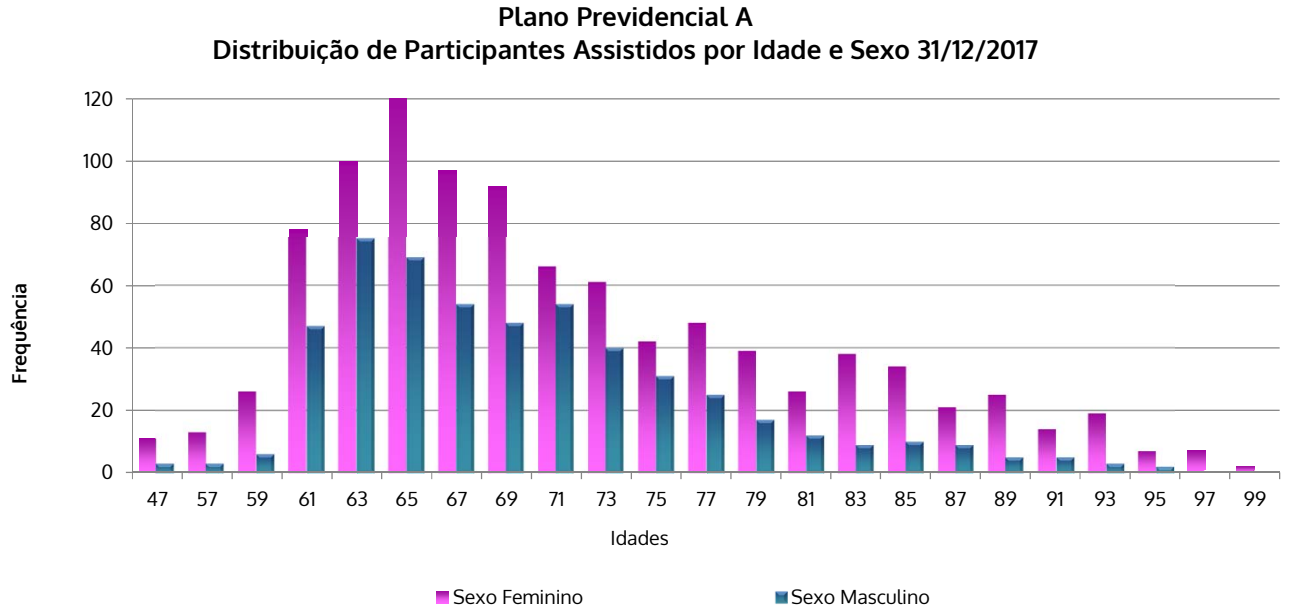
O Plano Previdencial A possui dois grupos de custeio, denominados Grupo Plano A e Grupo "Pré-68", e há Assistidos dentro do Grupo "Pré-68" cujos benefícios são de responsabilidade partilhada entre o IRB e a PREVIRB. Ao fim do exercício de 2017, o Plano atingiu a marca de 1.570 benefícios pagos mensalmente.

Houve 39 adesões entre Assistidos e Pensionistas ao processo de Suplementação de Aposentadoria ocorrido nos meses de julho e agosto de 2017. No exercício foram registrados 37 falecimentos de

Assistidos e Pensionistas e a concessão de 15 novas pensões. As idades dos Segurados do Grupo de custeio Plano A estão compreendidas na faixa de 47 a 99 anos, situando-se a média na casa dos 70 anos.



A distribuição dos Segurados por sexo e idade mostra a predominância das mulheres em todas as faixas de idade. No total, 65% são mulheres e 35% são homens.



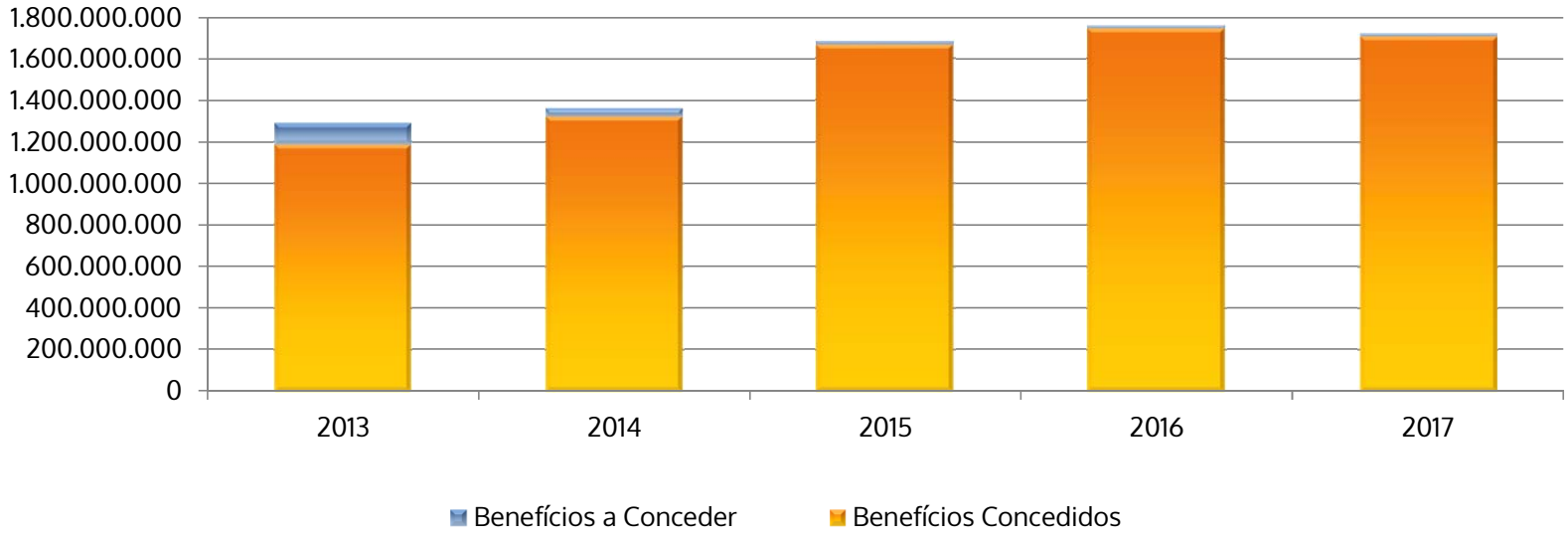
b) Despesas com Benefícios

Em 2017 foram pagos R$ 113,5 milhões no Grupo Plano A, com aumento de 5,97% em relação ao exercício anterior. A partir de janeiro de 2016, a PREVIRB passou a efetuar os pagamentos dos assistidos do Grupo "Pré-68". O montante total pago em benefícios com este grupo em 2017 foi de R$ 20,3 milhões, com aumento de 3,05% em relação ao exercício anterior.

c) Reserva Matemática

A Reserva Matemática Global diminuiu R$ 35,9 milhões (-2,04%) em 2017 atingindo o montante de R$ 1,7 bilhão.

O gráfico a seguir evidencia a evolução das reservas matemáticas ao longo dos últimos 5 anos e, a partir de 2015 engloba o valor da Reserva do Grupo "Pré-68", que embora esteja contabilmente segregada, para efeitos de totalização está sendo considerada.

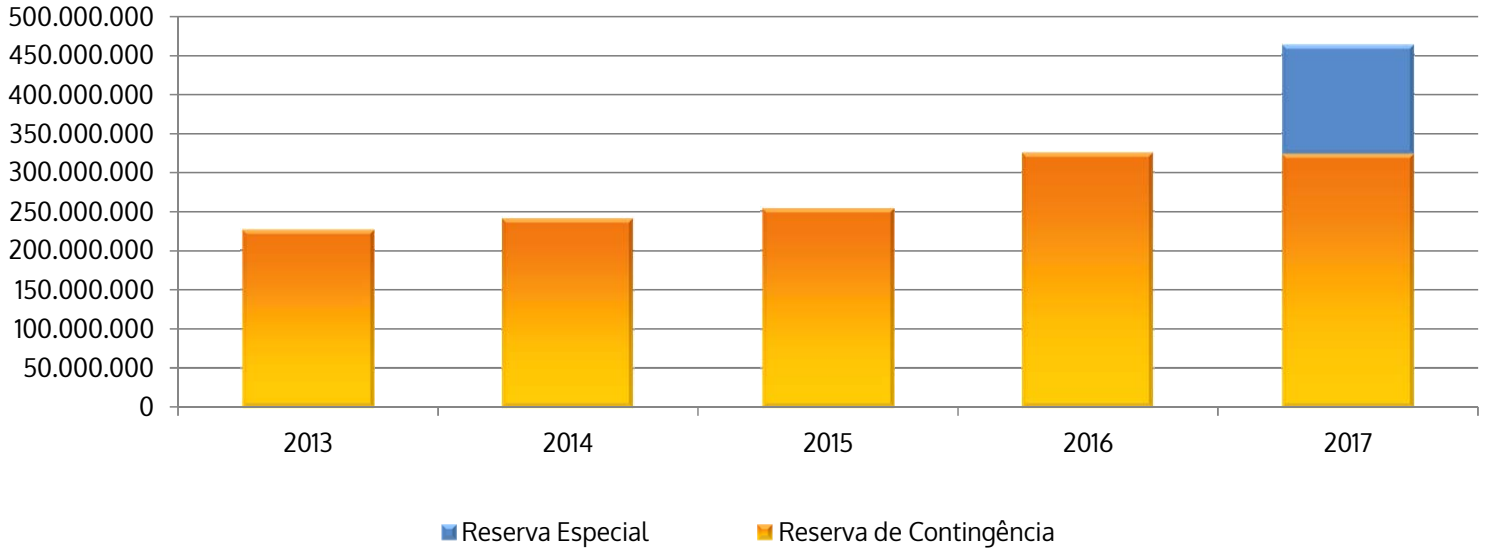


d) Reserva de Contingência

O superavit apurado ao fim do exercício foi alocado em Reserva de Contingência. O limite da Reserva de Contingência, considerando a duration do passivo de 10,63 anos, apurada em 31/12/2017, é de 20,63% das Provisões Matemáticas Totais do Plano.

Importante registrar que este superavit refere-se em sua integralidade ao Grupo Plano A. A parcela das Provisões Matemáticas referente ao Grupo "Pré-68", a cargo do Patrocinador, não é considerada no cálculo e possui controle segregado da massa original do Plano Previdencial A.

O Balanço Patrimonial revela que o Plano A possui patrimônio de R$ 2,1 bilhões, portanto superior às Provisões Matemáticas avaliadas em R$ 1,7 bilhão, conduzindo ao superavit técnico de R$ 463,6 milhões, sendo R$ 323,5 milhões alocados na Reserva de Contingência e R$ 140,1 milhões na Reserva Especial para Revisão do Plano. Este é o primeiro ano de constituição de Reserva Especial no Plano A.



III - Parecer atuarial do Plano Previdencial A

PREVIRB
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017
PLANO PREVIDENCIAL A
CNPB 1977.0001-18

PARECER ATUARIAL 17/18
FEVEREIRO/2018

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e alterações posteriores, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano Previdencial A**, patrocinado pelo **IRB – Brasil Resseguros S.A.**, administrado e executado pela **PREVIRB – Fundação de Previdência dos Servidores do IRB**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como a apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O **Plano A** oferece benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento é conhecido a *priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22/11/2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1977.0001-18 e encontra-se **fechado a novas adesões**, desde 31/01/1998.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, **na data base de 31/12/2017**, contemplando o Regulamento, sendo a última alteração aprovada pela Portaria Previc nº 459, de 27/09/2016, e Nota Técnica Atuarial vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, posicionados em 31/12/2017, bem como nas informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pela Entidade, considerando a data de 31/12/2017.

Considerando a data de **31/12/2017**, observou-se a existência de dois Grupos de Custeio no Plano A, sendo estes denominados de "**1 - Plano Previdencial A**" e "**2 – Pré-68**". Ressalta-se que a criação do

Grupo de Custeio Pré-68 foi aprovada em decorrência da Avaliação Atuarial de 2015, pelo Conselho Deliberativo da PREVIRB através da Resolução CONDEL n° 053/2015, de 15/12/2015.

Adicionalmente, e em face de a **PREVIRB** não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano A, em conformidade com a correspondência **Mercer GAMA 85 - CT 298/17** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2017 consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do **Plano A**, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto n° 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO – PLANO PREVIDENCIAL A

2.1.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Todos os benefícios do **Grupo de Custeio Plano Previdencial A** estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados e não programados estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método Agregado.

O custo normal total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em **31/12/2017**, foi de **23,958%**, líquido de carregamento administrativo, referentes ao custo dos benefícios previdenciais assegurados pelo Plano, sendo **0,584%** relativos ao custo dos benefícios de risco e **23,374%** aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício de 2016, houve uma redução de **0,007 pontos percentuais** no custo do Plano, o qual registrou a alíquota de 23,965%, líquida de carregamento administrativo, sendo **0,752%** relativos ao custo dos benefícios de risco e **23,213%** em 31/12/2016.

2.1.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As ***Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC***, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do **Grupo de Custeio do Plano Previdencial A**, disponibilizadas pela **PREVIRB**, foram determinadas atuarialmente em 31/12/2017 e montavam R$ 1.556.280.001,81, sendo **R$ 1.473.943.699,43** referentes aos benefícios **programados** e **R$ 82.336.302,38** referentes aos benefícios **não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as ***Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC*** posicionadas em **31/12/2017** montavam R$ 11.931.294,24, sendo **R$ 11.887.962,59** referentes aos benefícios **programados** e **R$ 43.331,65** referentes aos benefícios **não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Em 31/12/2017 o **Grupo de Custeio Plano Previdencial A** não possui dívidas contratadas. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em **31/12/2017**, **R$ 1.568.211.296,05**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi **negativa em 1,21%**, tendo sido registrado o montante de **R$ 1.587.418.003,13** em **31/12/2016**. Dentre os fatores relevantes para essa variação, destacam–se a alteração da premissa de taxa de juros, o que produziu um efeito negativo na obrigação do Plano, bem como o montante pago em benefícios, que superou a atualização dos salários e benefícios.

2.1.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Plano A**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pela **PREVIRB**, tendo sido definidas pela Diretoria Executiva, aprovadas pelo Conselho Deliberativo, sendo a decisão subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer GAMA 85 - RE 144/17**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC n° 18/2006, e alterações posteriores.

2.1.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Grupo de Custeio Plano Previdencial A** não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO – PRÉ-68

2.2.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Considerando que o **Grupo de Custeio Pré-68** possui somente benefícios concedidos, não há custo normal para o Grupo de Custeio, conforme consta da Avaliação Atuarial anual.

2.2.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As ***Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC***, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do **Grupo de Custeio Pré-68**, disponibilizadas pela **PREVIRB**, foram determinadas atuarialmente em 31/12/2017 e montavam **R$ 154.269.719,98**, sendo **R$ 153.766.752,38** referentes aos benefícios **programados** e **R$ 502.967,60** referentes aos benefícios **não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

O **Grupo de Custeio Pré-68** não possui Participantes e, portanto, não há registro de ***Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC***.

As ***Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC*** foram avaliadas em **R$ 154.269.719,98**, em 31/12/2017, e referem-se, integralmente, ao valor dos benefícios concedidos aos assistidos do Grupo Pré-68, devido à transferência da responsabilidade da Patrocinadora para a PREVIRB referente à operacionalização e administração do pagamento de benefícios de Complementação, Suplementação, Melhoria de Complementação de Aposentadoria, Melhoria de Pensão por Morte e do Pecúlio por Morte devidos ao referido grupo, o qual é formado pelos funcionários admitidos na Patrocinadora até 31/12/1968.

O montante foi objeto de um Contrato de Confissão de Dívida do IRB - Brasil Resseguros S.A. perante a PREVIRB, com garantias, para dar suporte econômico-financeiro integral aos pagamentos citados, reafirmando ao IRB - Brasil Resseguros S.A. sua obrigação exclusiva de custeio com base nas Avaliações Atuariais em relação ao referido Grupo, como determina Regulamento do Plano A. As Provisões a Constituir são permanentemente ajustadas ao valor calculado das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos do Grupo Pré-68.

Considerando que o valor da dívida contratada está integralmente registrado em Provisões Matemáticas a Constituir, a qual monta, em 31/12/2017, o valor de **R$ 154.269.719,98**, o total das **Provisões Matemáticas** deste Grupo de Custeio resulta em valor nulo, em **31/12/2017**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, não houve a variação nominal das Provisões Matemáticas do Grupo de Custeio Pré-68, uma vez que a monta em Benefícios Concedidos equivale à das Provisões Matemáticas a Constituir. Estas, por sua vez, diminuíram em decorrência da alteração da premissa de mortalidade geral, bem como da elevação da premissa de taxa real anual de juros, impacto este amenizado pela atualização dos benefícios.

2.2.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Grupo de Custeio Pré-68**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pela **PREVIRB**, tendo sido definidas pela Diretoria Executiva, referendadas pelo Conselho Deliberativo, sendo a decisão subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer GAMA 85 - RE 144/17**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC n° 18/2006, e alterações posteriores.

Especificamente em relação ao Grupo de Custeio Pré-68, a totalidade do risco atuarial é absorvido pela Patrocinadora, em razão do Contrato de Dívida já mencionado, cujo valor rege-se pelo valor das Provisões Matemáticas do referido Grupo, não havendo qualquer risco atuarial atribuível ao Plano de Benefícios.

2.2.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Grupo de Custeio Pré-68** não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.3. EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.3.1. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela **PREVIRB** foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.3.2. REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017, o **Plano A** não possui valor registrado em **Fundos Previdenciais**.

2.3.3. VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R$ 1.568.211.296,05**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em **31/12/2017**, no montante de **R$ 2.031.820.588,26**, verifica-se que o Plano apresentou superavit técnico-atuarial, de **R$ 463.609.292,21**. O referido superavit refere-se, em sua integralidade, ao **Grupo de Custeio Plano Previdencial A**, de modo que Grupo de Custeio Pré-68 possui resultado atuarial nulo.

O superavit do Plano passou de **R$ 325.303.751,17** em 31/12/2016, para **R$ 463.609.292,21** em 31/12/2017, representando um aumento de **42,52%**, ou R$ 138.305.541,04. Esta variação deveu-se, primordialmente, à rentabilidade dos ativos garantidores do Plano ter sido superior à meta atuarial, bem como pela elevação da premissa de taxa real anual de juros.

No período compreendido entre janeiro/2017 e dezembro/2017, a meta atuarial do Plano foi de 6,50%, composta pelo INPC de 2,07% mais taxa de juros de 4,34% (vigente durante o exercício de 2017), enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 12,69% conforme informação repassada pela **PREVIRB**, representando um ganho atuarial de 5,82%.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC n° 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC n° 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se o Equilíbrio Técnico Ajustado. Obser-

vados os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pela **PREVIRB** montava **R$ 149.101.280,73** positivo, em 31 de dezembro de 2017, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário** de **R$ 612.710.572,94**. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superavit.

2.3.4. NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2017, observa-se que o **Plano A** apresentou superavit, o qual foi resultante de causas **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, da superação da meta atuarial do Plano e elevação da taxa real anual de juros. Tendo em vista que não é possível assegurar que esse fato tem caráter perene, atribui-se natureza **conjuntural** ao resultado.

Da totalidade do superavit apurado em 31 de dezembro de 2017, o montante de **R$ 323.835.632,63** foi alocado em **Reserva de Contingência**, e **R$ 140.087.381,03** em **Reserva Especial para Revisão do Plano**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e alterações.

Cumpre ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do **Plano A**, posicionada em 31 de dezembro de 2017, de valor 10,63 anos, ficando o limite em 20,63% das Provisões Matemáticas.

2.3.5. SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.3.6. ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento de todos os benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Agregado.

O método utilizado está aderente à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.3.7. OUTROS FATOS RELEVANTES

1) De acordo com o Balancete Contábil de 31/12/2017, verifica-se que o montante de **R$ 154.269.719,98** não se encontra integralizado no Plano, uma vez que há Provisões a Constituir referentes ao Grupo Pré-68;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela PREVIRB, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade deverá apresentar estudo acercada possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 4, de 30/01/2002, e suas alterações posteriores;

3) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R$ 32.282.357,31**, sendo **R$ 29.737.804,99** referentes a **Fundo Administrativo** e **R$ 2.544.552,32** a **Fundo dos Investimentos**;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2017, comparativamente às adotadas para o exercício de 2016, procederam-se às seguintes alterações:

i. **Tábua de Mortalidade Geral do grupo Pré-68: AT-2000 suavizada em 10% M&F em substituição à BR-EMSsb-v.2015 M&F;**
ii. **Taxa real anual de juros técnico-atuarial: de 4,34% a.a. para 4,38% a.a.**;
iii. **Composição Familiar de Ativos:de Exp. PLANO A 2016 - Fator de Reversão Médio para Família real**;
iv. **Fator de Capacidade**: de **0,9800** para **0,9803**.

5) As Provisões a Constituir observadas no Plano A, do Grupo Pré-68, são referentes aos benefícios já concedidos, sendo que devem ser objeto de contrato com garantia, conforme a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006. Considerando que o valor da dívida contratada rege-se, atuarialmente, pelo valor das Provisões Matemáticas do Grupo de Custeio Pré-68, caso, em algum momento, o valor das garantias oferecidas venha a ser inferior ao valor da dívida, deve-se proceder ao aditamento do Contrato de Confissão de Dívida, de modo a complementar as garantias oferecidas.

3- PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2018, vigente a partir de 1° de abril de 2018, terá a seguinte configuração, a ser submetido ao Conselho Deliberativo:

PLANO DE CUSTEIO			
CONTRIBUIÇÃO		ALÍQUOTA (%)	
	FAIXA SALARIAL	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2016	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017
PARTICIPANTES*	P.G.: Percentual Geral incidente sobre o Salário Real de Contribuição - SRC, até o limite de R$3.500,00 de SRC.	3,00%	3,00%
	Um 2° percentual adicional (2° PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição de R$3.500,00 até R$5.600,00.	7,25%	7,25%
	Um 3° percentual adicional (3° PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição acima de R$5.600,00)	14,00%	14,00%
PATROCINADORA - PARA PARTICIPANTES ATIVOS		Corresponderá à diferença entre a contribuição mensal referente a cada participante - Taxa Global** x salário real de contribuição - e a contribuição devida pelo Participante, obtida através da escala explicitada na escala progressiva de contribuição, objetivando a manutenção da paridade legal.	Corresponderá à diferença entre a contribuição mensal referente a cada participante - Taxa Global** x salário real de contribuição - e a contribuição devida pelo Participante, obtida através da escala explicitada na escala progressiva de contribuição, objetivando a manutenção da paridade legal.
PATROCINADORA – CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA REFERENTE AO GRUPO PRÉ-68		Corresponderá ao montante ao qual a Patrocinadora se obrigou a pagar, conforme Contrato de Dívida firmado.	Corresponderá ao montante ao qual a Patrocinadora se obrigou a pagar, conforme Contrato de Dívida firmado.
ASSISTIDOS		Para os admitidos na Patrocinadora até 31/12/1968: 0,00%	Para os admitidos na Patrocinadora até 31/12/1968: 0,00%
		Para os admitidos na Patrocinadora após 31/12/1968: 0,00%	Para os admitidos na Patrocinadora após 31/12/1968: 0,00%
PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO * **			
PATROCINADORA		0% sobre as contribuições	0% sobre as contribuições
PARTICIPANTES (ATIVOS E AUTOPATROCINADOS)		0% sobre as contribuições	0% sobre as contribuições
ASSISTIDOS		0% sobre as contribuições	0% sobre as contribuições

* A Taxa Global de Custeio para Participantes Ativos corresponde a 23,958%, com carregamento de 0,00% referente às despesas administrativas e a taxa global de Custeio para Participantes Ativos que se aposentaram pelo INSS sem perda de vínculo com o patrocinador Fundador corresponde a 23,899%, com carregamento de 0% referente às despesas administrativas, caso seja adotado o Plano de Custeio proposto. Da totalidade das contribuições, a parcela de cobertura de benefícios de risco é de 2,435%, enquanto para benefícios programados é de 97,565%.
** As taxas apresentadas estão com carregamento de 0,00% relativamente às despesas administrativas.

*** Alíquotas definidas pela PREVIRB, sujeitas a alterações, mediante decisão da Entidade.

4- CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano A, em 31/12/2017, é superavitária em R$ 463.609.292,21, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que o valor de R$ 323.835.632,63 alocado em Reserva de Contingência, e R$ 140.087.381,03 alocado em Reserva Especial de Revisão de Plano, sendo o primeiro ano de constituição, não havendo obrigatoriedade quanto à sua destinação.

Este é o Parecer.

Brasília, 16 de fevereiro de 2018.

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO
Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ
SUPERVISORA ATUARIAL

FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA
Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ
CONSULTOR SÊNIOR

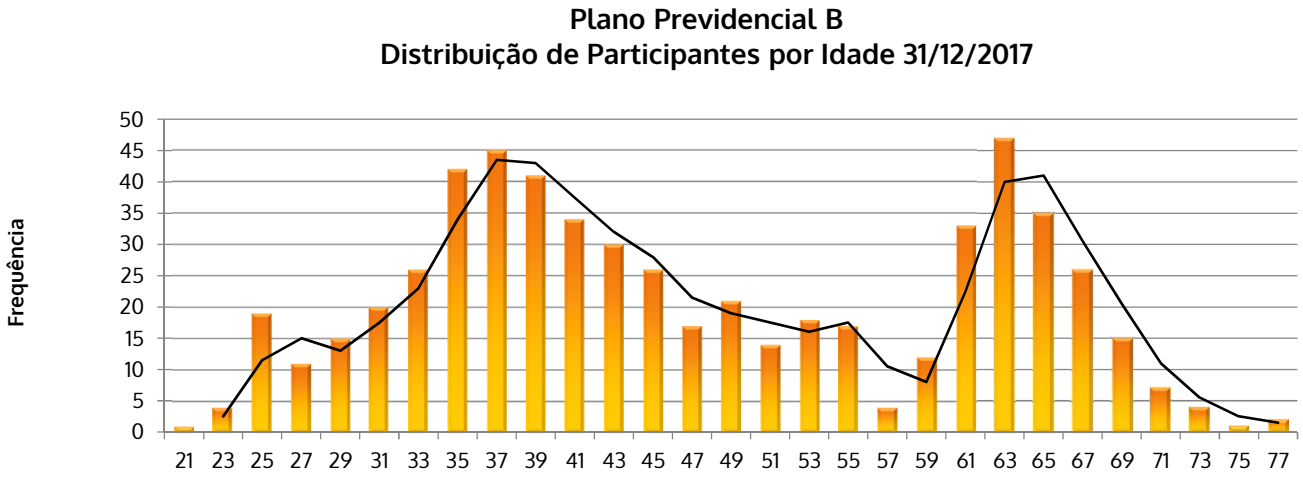
IV – Plano Previdencial B

a) Perfil dos Participantes

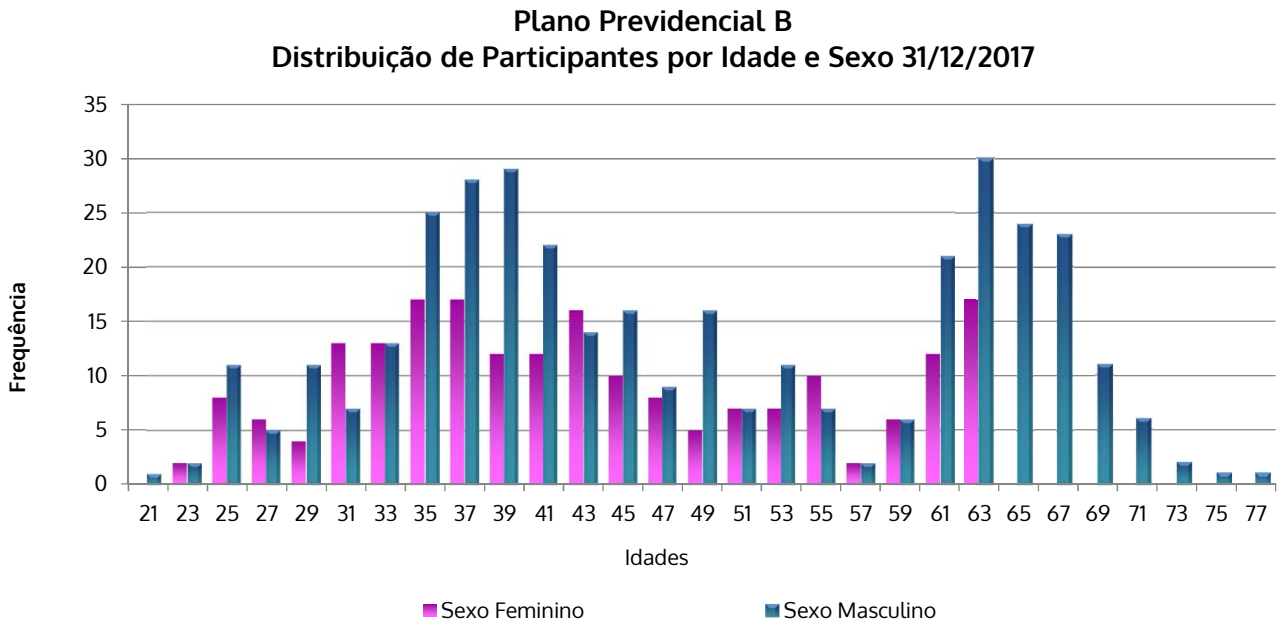
O Plano Previdencial B é um plano jovem e possui grande movimentação de entrada e saída de Participantes. Ao fim do exercício de 2017, o Plano Previdencial B contava com 587 Participantes, apresentando um aumento de 6,30% em relação a 2016, cujo quadro comparativo é apresentado a seguir:

Participantes	2016	2017
Ativos	327	349
Autopatrocinados	134	133
Remidos	26	37
Assistidos	58	63
Pensionistas	5	5
Total	**550**	**587**

As idades dos Segurados estão compreendidas na faixa de 21 a 77 anos, situando-se a média na casa dos 47 anos.



A distribuição dos Segurados por sexo e idade mostra a predominância dos homens na grande maioria das faixas de idade. No total, 68,5% são homens e 31,5% são mulheres.



b) Taxa de Adesão

A adesão ao Plano Previdencial B é opcional e pode ser feita a qualquer momento, enquanto houver vínculo empregatício com um dos Patrocinadores. A taxa de adesão ao Plano no fim do exercício de 2017 foi de 83,54% do total de empregados dos Patrocinadores deste Plano.

c) Receita de Contribuições

As contribuições auferidas pelo Plano Previdencial B, no exercício, apresentaram um incremento de 13,78%, quando comparadas com ano anterior, passando de R$ 11,06 milhões para R$ 12,5 milhões.

d) Despesas com Benefícios, Resgates e Portabilidade

Essas despesas apresentaram um aumento de 0,22% em relação ao exercício de 2016, passando de R$ 4,0 milhões para R$ 4,1 milhões.

Este ano o Plano passou a conceder o benefício de Renda Temporária de Auxílio-Doença, com pagamento de R$ 102,7 mil de benefício.

e) Fundos de Cobertura de Risco do Plano Previdencial B

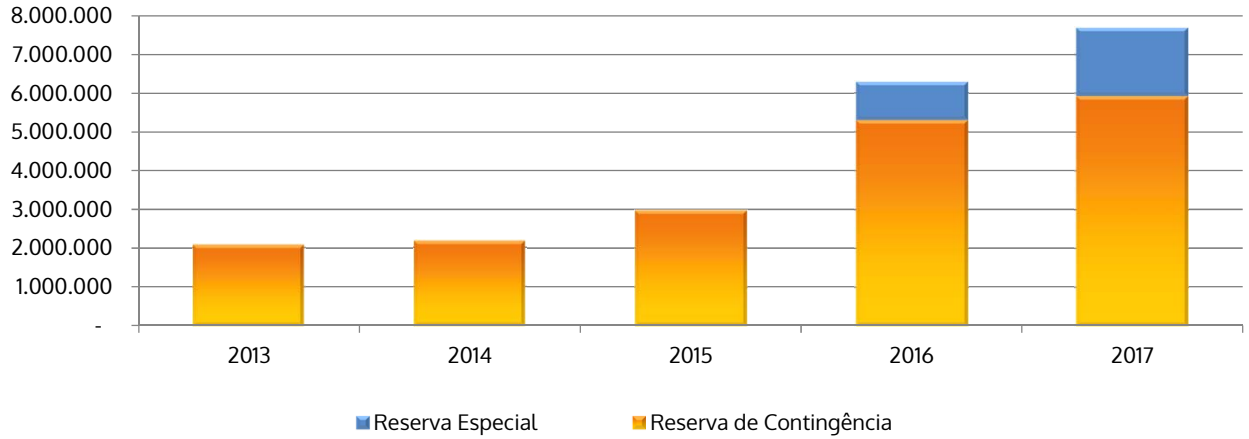
Os Fundos Previdenciais do Plano apresentaram aumento da ordem de 2,87% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Em Dezembro/2016 foi criado o Fundo de Cobertura de Auxílio-Doença no qual são alocadas as contribuições que farão face ao pagamento desse benefício. O saldo do fundo no encerramento do exercício foi de R$ 195,1 mil.

f) Reservas Matemáticas

Ao fim do exercício, a duration do Plano, calculado pelo Atuário responsável, foi de 17 anos. Com isso, o resultado superavitário a ser destinado à constituição da Reserva de Contingência passou a ser de 25,00%, percentual máximo a ser aplicado na Reserva de Benefício Definido.

O Balanço Patrimonial revela que o Plano B possui patrimônio de R$ 99,6 milhões, portanto superior às Provisões Matemáticas avaliadas em R$ 91,9 milhões, conduzindo ao superavit técnico de R$ 7,6 milhões sendo R$ 5,9 milhões alocados na Reserva de Contingência e R$ 1,7 milhão na Reserva Especial para Revisão de Plano. Este é o segundo ano de constituição de Reserva Especial no Plano B.



V - Parecer atuarial do Plano Previdencial B

PREVIRB
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017
PLANO PREVIDENCIAL B
CNPB 2003.0019-56
PARECER ATUARIAL 17/18
FEVEREIRO/2018

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e alterações posteriores, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano Previdencial B**, patrocinado pelo **IRB – Brasil Resseguros S.A.** e pela **PREVIRB - Fundação de Previdência dos Servidores do IRB**, administrado e executado pela **PREVIRB – Fundação de Previdência dos Servidores do IRB**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como a apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O **Plano B** está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22/11/2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de percepção.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB n° 2003.0019-56.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, na **data base de 31/12/2017**, contemplando o Regulamento, sendo a última alteração aprovada pela Portaria Previc n° 458, de 27/09/2016, e Nota Técnica Atuarial vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, posicionados em 31/12/2017, bem como nas informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pela Entidade, considerando a data de 31/12/2017.

Observa-se, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no **Plano Previdencial B**, sendo este denominado de **"Plano Previdencial B"** exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos desse Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de a **PREVIRB** não ter informado nenhum fato relevante em relação ao **Plano B**, em conformidade com a correspondência **Mercer GAMA 85 - CT 298/17** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2017 consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do **Plano B**, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto n° 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2 - RESULTADOS ATUARIAIS

2.1. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO – PLANO PREVIDENCIAL B

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios de risco assegurados pelo **Plano B** são os de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Funeral, Pecúlio por Morte e Renda Temporária de Auxílio Doença. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo os benefícios deAuxílio-Funeral e Pecúlio por Morte avaliados sob o Regime de Repartição Simples, os benefícios de Pensão por Morte e de Renda Temporária de Auxílio Doença sob o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura e Aposentadoria por Invalidez avaliada pelo Regime de Capitalização e pelo método de financiamento Misto[1].

O benefício programado, qual seja, Renda Mensal Vitalícia, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo avaliado através do Regime de Capitalização e pelo método de Capitalização Financeira.

[1] Método de financiamento Agregado para o benefício concedido na Modalidade Benefício Definido e Capitalização Individual para benefício pago baseado no saldo de conta individual acumulado.

O custo normal total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em **31/12/2017,** foi de **19,316%**, líquido de carregamento administrativo, referentes ao custo dos benefícios previdenciais assegurados pelo Plano, sendo **6,326%** relativos ao custo dos benefícios de risco e **12,990%** aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício de 2016, houve um acréscimo de **0,739 pontos percentuais** no custo total do Plano, o qual registrou a alíquota de **18,577%**, líquida de carregamento administrativo, sendo **6,417%** (diminuição de 0,091 pontos percentuais) relativos ao custo dos benefícios de risco e **12,160%** (aumento de 0,830 pontos percentuais) aos benefícios programados em 31/12/2016.

2.1.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As ***Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC***, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do **Plano B**, disponibilizadas pela **PREVIRB**, foram determinadas atuarialmente em 31/12/2017 e montavam **R$ 23.735.766,71**, sendo **R$ 17.720.752,98** referentes aos benefícios **programados** e **R$ 6.015.013,73** referentes aos benefícios **não programados**.

Já as ***Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC*** posicionadas em **31/12/2017** montavam **R$ 68.172.415,50**, sendo a totalidade referente aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados, na fase de acumulação, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Em 31/12/2017 o Plano não possui dívidas contratadas e nem **Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC**. Desta forma, o total das **Provisões Matemáticas** montava, em **31/12/2017, R$ 91.908.182,21**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi **positiva em 20,18%**, tendo sido registrado o montante de **R$ 76.473.455,96 em 31/12/2016**. O crescimento deveu-se, em especial, ao aporte de novas contribuições pelos Participantes e Patrocinadoras, elevando os saldos de conta dos Participantes e, consequentemente, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder do Plano, que superou o montante de concessões de benefício. Adicionalmente, a elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos deve-se principalmente pela atualização dos benefícios e novas concessões ocorridas no período.

2.1.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóte-

ses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Plano B**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pela **PREVIRB**, tendo sido definidas pela Diretoria Executiva, aprovadas pelo Conselho Deliberativo, sendo a decisão subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer GAMA 85 - RE 144/17**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações posteriores.

2.1.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2. EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela **PREVIRB** foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017, o **Plano B** tem constituído os fundos de **Oscilação de Riscos de Invalidez, de Cobertura dos Riscos de Morte e de Cobertura para Auxílio Doença**.

O **Fundo para Oscilação de Riscos de Invalidez** tem por finalidade exclusiva suprir as insuficiências financeirasno custeio das despesas com pagamentos de benefícios de invalidez e constituição das respectivas reservas matemáticas de benefícios concedidos ao longo da vida do plano, conforme previsto na Nota Técnica do Plano. São creditados, ao valor do saldo inicial do Fundo, mensalmente, o saldo das contribuições líquidas auferidas de invalidez, os valores de devolução e de reversão previstos no regulamento do plano, para o caso de participante que entra em gozo do benefício de invalidez e a parcela de rendimento/perda do fundo. Ainda, é debitado o valor que corresponder ao aumento da reserva matemática de invalidez devido a reajustes específicos de salários e promoções ocorridas nos salários dos ativos que possuem cobertura de invalidez pelo Plano. Em 31/12/2017, referido Fundo montava **R$ 7.470.010,96**.

O **Fundo para Cobertura dos Riscos de Morte** é constituído através das contribuições para os benefícios de pensão, pecúlio e auxílio-funeral. O Fundo cobre eventuais insuficiências ocasionadas por desvios nas taxas de contribuição dos benefícios de pensão, pecúlio e auxílio-funeral, insuficiência esta avaliada em relação ao conjunto desses benefícios. Em 31/12/2017, referido Fundo montava **R$ 19.785.796,29**.

O **Fundo para Cobertura para Auxílio Doença** é constituído pelas contribuições para o benefício de Renda Temporária de Auxílio Doença. O Fundo cobre eventuais insuficiências ocasionadas por desvios nas taxas de contribuição deste benefício. Em 31/12/2017, referido Fundo montava **R$ 195.081,11**.

2.2.3. VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R$ 91.908.182,21**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2017, no montante de **R$ 99.604.937,09**, verifica-se que o **Plano B** apresentou superavit técnico-atuarial, de **R$ 7.696.754,88**.

O superavit do Plano passou de **R$ 6.296.342,35** em, 31/12/2016, para **R$ 7.696.754,88**, em **31/12/2017**, representando um aumento de **22,24%,** ou **R$ 1.400.412,53**. Esta variação deveu-se, primordialmente, ao fato de a rentabilidade dos ativos garantidores do Plano ter sido superior à meta atuarial.

No período compreendido entre janeiro/17 e dezembro/17, a meta atuarial do Plano foi de 6,52%, composta pelo INPC de 2,07% mais taxa de juros de 4,36%, enquanto a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 13,63%, conforme informação repassada pela PREVIRB, representando um ganho atuarial de 6,68%.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC n° 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC n° 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se o Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc n° 19/2015, o ajuste de precificação apurado pela **PREVIRB** montava **R$ 7.227.234,07** positivo, em 31 de dezembro de 2017, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário** de **R$ 14.923.988,95**. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superavit.

2.2.4. NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2017, observa-se que o **Plano B** apresentou superavit, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, da superação da meta atuarial. Tendo em vista que não é possível assegurar que esse fato tem caráter perene, atribui-se natureza **conjuntural** ao resultado.

Do superavit apurado em 31/12/2017, o montante de **R$ 5.933.941,68** foi alocado em **Reserva de Contingência,** e **R$ 1.762.813,20** em **Reserva Especial para Revisão de Plano** em conformidade com a Resolução MPS/CGPC n° 26, de 29/09/2008 e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC n° 22, de 25/11/2015, visto que o mesmo representa 32,43% das Provisões Matemáticas Totais do Plano estruturadas na modalidade de benefício definido, e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2017 de 17,00 anos, o limite da Reserva de Contingência é de 25,00%.

2.2.5. SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6. ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o Regime de Capitalização conjugado pelos métodos de Sistema Misto para o beneficio de aposentadoria por invalidez e Capitalização Financeira para o benefício de renda mensal vitalícia, o regime de Regime de Repartição Simples para os benefícios de Auxílio-Funeral e Pecúlio por Morte e o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura para o benefício de Pensão por Morte e Renda Temporária de Auxílio Doença.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC n° 18/2006 e alterações posteriores.

2.2.7. OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2017, verifica-se que o patrimônio do Plano encontra-se integralizado;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela **PREVIRB**, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC n° 04, de 30/01/2002, e suas alterações posteriores;

3) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R$ 31.180.057,54**, sendo **R$ 27.450.888,36** referentes a F**undos Previdenciais, R$ 3.691.756,43** a **Fundo Administrativo e R$ 37.412,75** a Fundo dos Investimentos;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de2017, comparativamente às adotadas para o exercício de 2016, procederam-se às seguintes alterações:

i. **Premissa de rotatividade: de 1,25% a.a.** para **2,50% a.a..**
ii. **Composição Familiar de Ativos: de Exp. PLANO B 2016 para Exp. PLANO B 2017 - Fator de Reversão Médio**, onde se considera que 89,47% das participantes do sexo feminino possuem beneficiários e que são 3 anos mais jovens que seu dependente vitalício, enquanto 97,53% dos participantes do sexo masculino possuem beneficiários e são 3 anos mais velhos que seu dependente vitalício. Para ambos os sexos o fator de reversão médio de 0,50.
iii. **Fator de Capacidade: de 0,9800** para **0,9803**.

5) Ressaltamos que está em análise com a Previc o processo de alteração regulamentar do Plano B, maiores detalhes foram apresentados por meio do documento **Mercer GAMA 85 – PA 163/17**, em resumo, estão sendo propostas modificações nos percentuais de contribuições, inclusão de verbas para o computo de contribuição e a respectiva contrapartida patronal e alinhamento de procedimentos de operacionalização do Plano.

3. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2018, a viger a partir de 1° de abril de 2018, terá a seguinte configuração, a ser submetido ao Conselho Deliberativo:

PLANO DE CUSTEIO			
CONTRIBUIÇÃO		ALÍQUOTA (%)	
		AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2016	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017*
PARTICIPANTES	NORMAL	2,85% a 9,50%	2,85% a 9,50%
	DE RISCO	3,208%	3,163%
PATROCINADOR	NORMAL DE RISCO	Paritária à contribuição dos Participantes	Paritária à contribuição dos Participantes
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS		Idêntica à dos Participantes Ativos adicionada daquele percentual referente à contribuição do Patrocinador	Idêntica à dos Participantes Ativos adicionada daquele percentual referente à contribuição do Patrocinador
ASSISTIDOS		3,220% sobre o benefício no caso de Pensão por Morte; 1,200% sobre o benefício de Pecúlio; 0,060% sobre o benefício de Auxílio Funeral.	3,220% sobre o benefício no caso de Pensão por Morte; 1,270% sobre o benefício de Pecúlio; 0,060% sobre o benefício de Auxílio Funeral.

* As alíquotas apresentadas estão com carregamento de 0,00% relativamente às despesas administrativas, alíquota a ser definida pela PREVIRB.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano B, em 31/12/2017, é superavitária em **R$ 7.696.754,88**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que desse valor, o montante de **R$ 5.933.941,68** foi alocado em Reserva de Contingência e de **R$ 1.762.813,20** em Reserva Especial para Revisão do Plano, sendo o segundo ano de constituição, não havendo obrigatoriedade quanto à sua destinação e utilização.

Este é o Parecer.

Brasília, 16 de fevereiro de 2018.

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO
Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ
SUPERVISORA ATUARIAL

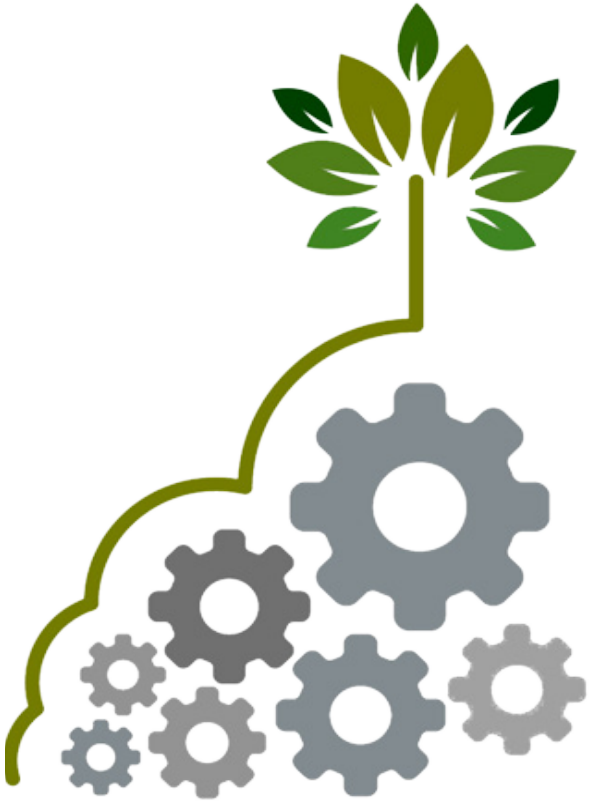
FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA
Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ
CONSULTOR SÊNIOR

Administração

Raiz da Paineira (*Ceiba speciosa*), árvore nativa das florestas brasileiras

Administração Geral

A PREVIRB permanece estruturada para atender plenamente suas necessidades operacionais e encerrou o exercício de 2017 mantendo em seu quadro funcional 21 empregados e um estagiário, distribuídos nas Gerências Administrativa, de Controle, Seguridade, Investimentos e Tecnologia.



Despesas Administrativas

O Conselho Deliberativo é responsável pela fixação dos critérios quantitativos e qualitativos para a realização de tais despesas, possibilitando a avaliação da relação entre necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos.

Para o ano de 2017 o limite máximo aprovado para o índice composto entre as Despesas Administrativas e os Recursos Garantidores dos Planos foi de 0,45%. A Fundação encerrou o ano atingindo o índice de 0,35%. Dos R$ 8,174 milhões orçados, foram efetivamente gastos R$ 7,702 milhões, gerando uma economia de 5,77%, o que demonstra o compromisso em manter o nível geral de despesas em patamares compatíveis com a sua operação e a conjuntura econômica atual.

A seguir apresentamos tabela com a evolução comparativa entre o total das despesas administrativas e os recursos garantidores, nos últimos cinco anos.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS x RECURSOS GARANTIDORES					
Evolução Comparativa	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas Administrativas (A)	7.706.323,93	7.305.116,20	7.359.902,63	7.371.922,95	7.702.248,70
Recursos Garantidores (B)	1.609.434.581,41	1.706.832.005,87	1.862.189.725,53	2.031.339.343,55	2.171.259.904,80
A / B	0,48	0,43	0,40	0,36	0,35

Fontes de Custeio

Está vigente o seguinte plano de custeio administrativo: (i) taxa de carregamento nula para os Planos A e B; (ii) custeio administrativo dos investimentos para as despesas de investimentos; e (iii) resultado positivo dos investimentos, no qual se aloca nesse grupo o retorno do próprio investimento dos recursos do PGA.

Custeio administrativo	2017	2016
Taxa de carregamento	0	0
Custeio administrativo dos investimentos	R$ 4.218.428,54	R$ 4.062.885,71
Resultado positivo dos investimentos	R$ 3.387.883,83	R$ 4.405.762,48
Outras receitas	R$ 101.773,06	R$ 101.476,64

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos), deduzidas das despesas específicas da gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. A demonstração do PGA, a seguir, destaca a relação entre as receitas e despesas, bem como a destinação das sobras administrativas do exercício que foram incorporadas ao Fundo Administrativo.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	32.070.091,48	30.902.271,14
1. Receitas Administrativas	7.708.085,43	8.610.475.92
2. Despesas Administrativas	-7.702.248,70	-7.371.922,95
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	1.353.633,21	-70.732,63
4. Resultado Negativo dos Investimentos	0,00	0,00
5. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.359.469,94	1.167.820,34
6. Constituição do Fundo Administrativo (4)	1.359.469,94	1.167.820,34
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual	33.429.561,42	32.070.091,48

Evolução do Fundo Administrativo

O fundo é utilizado para atender a sobrecarga administrativa. O volume de recursos vem evoluindo positivamente ao longo dos anos devido à gestão ativa de fluxo de caixa, a boa rentabilidade alcançada com a aplicação dos investimentos e a reversão parcial de contingências judiciais (Nota Explicativa n° 06).

Demonstrações Contábeis

Flor do Ipê (*Handroanthus albus*), árvore típica do cerrado e símbolo do Brasil

R$ mil

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO							
ATIVO	Nota	Exercício 2017	Exercício 2016	PASSIVO	Nota	Exercício 2017	Exercício 2016
DISPONÍVEL		**93**	**272**	**EXIGÍVEL OPERACIONAL**		**2.080**	**2.080**
				Gestão Previdencial		1.516	1.499
REALIZÁVEL		**2.235.113**	**2.097.314**	Gestão Administrativa		563	576
Gestão Previdencial	4	694	5.479	Investimentos		1	5
Gestão Administrativa		3.160	3.237	**EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**	**6**	**38.472**	**44.473**
Investimentos	5	2.231.259	2.088.598	Gestão Previdencial		8.980	16.061
Títulos Públicos		1.467.354	1.341.719	Gestão Administrativa		3.609	4.963
Créditos Privados e Depósitos		413.625	497.516	Investimentos		25.883	23.449
Ações		53.301	32.791	**PATRIMÔNIO SOCIAL**		**2.194.888**	**2.051.328**
Fundos de Investimento		205.476	123.280	**PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO**		**2.131.426**	**1.995.491**
Investimentos Imobiliários		85.387	87.264	**Provisões Matemáticas**	**7**	**1.660.120**	**1.663.891**
Empréstimos		6.116	6.028	Benefícios Concedidos		1.734.285	1.767.780
Depósitos Judiciais/Recursais		-	-	Benefícios a Conceder		80.104	67.071
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir		-154.269	-170.960
				Equilíbrio Técnico	**13.1**	**471.306**	**331.600**
				Resultados Realizados		471.306	331.600
				Superavit Técnico Acumulado		471.306	331.600
PERMANENTE		**233**	**295**	**FUNDOS**	**8**	**63.462**	**55.837**
Imobilizado		**201**	**248**	Fundos Previdenciais		27.451	21.380
Diferido		32	47	Fundos Administrativos		33.429	32.070
				Fundos dos Investimentos		2.582	2.387
TOTAL DO ATIVO		**2.235.440**	**2.097.881**	**TOTAL DO PASSIVO**		**2.235.440**	**2.097.881**

R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO Plano Previdencial A			
DESCRIÇÃO	**Exercício 2017**	**Exercício 2016**	**Variação**
1. Ativos	**2.100.310**	**1.984.660**	**5,83**
Disponível	40	150	-73,33
Recebível	30.404	34.050	-10,71
Investimentos	2.069.866	1.950.460	6,12
Títulos Públicos	1.392.240	1.274.923	9,20
Créditos Privados e Depósitos	356.505	442.609	-19,45
Ações	47.866	31.093	53,94
Fundos de Investimento	182.299	108.967	67,30
Investimentos Imobiliários	85.387	87.264	-2,15
Empréstimos	5.569	5.604	-0,62
2. Obrigações	**36.207**	**41.001**	**-11,69**
Operacional	1.345	1.491	-9,79
Contingencial	34.862	39.510	-11,76
3. Fundos não Previdenciais	**32.283**	**30.937**	**4,35**
Fundo Administrativo	29.738	28.578	4,06
Fundo dos Investimentos	2.545	2.359	7,88
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	**2.031.820**	**1.912.722**	**6,23**
Provisões Matemáticas	1.568.211	1.587.418	-1,21
Superavit/Déficit Técnico	463.609	325.304	42,52
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	463.609	325.304	42,52
b) (+/-) Ajuste de Precificação	149.101	146.492	1,78
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	612.710	471.796	29,87

R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO Plano Previdencial B			
DESCRIÇÃO	**Exercício 2017**	**Exercício 2016**	**Variação**
1. Ativos	**130.956**	**107.682**	**21,61**
Disponível	16	30	-46,67
Recebível	3.720	3.499	6,32
Investimento	127.220	104.153	22,15
Títulos Públicos	63.622	53.208	19,57
Créditos Privados e Depósitos	37.643	37.384	0,69
Ações	5.434	1.697	220,21
Fundos de Investimento	19.973	11.440	74,59
Empréstimos	548	424	29,25
2. Obrigações	**171**	**13**	**1.215,38**
Operacional	171	13	1.215,38
3. Fundos não Previdenciais	**3.729**	**3.519**	**5,97**
Fundo Administrativo	3.692	3.492	5,73
Fundo dos Investimentos	37	27	37,04
4. Resultados a Realizar	**0**	**0**	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	**127.056**	**104.150**	**21,99**
Provisões Matemáticas	91.908	76.474	20,18
Superavit/Déficit Técnico	7.697	6.296	22,25
Fundo Previdencial	27.451	21.380	28,40
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	7.697	6.296	22,25
b) (+/-) Ajuste de Precificação	7.227	6.351	13,79
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	14.924	12.647	18,00

R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO Plano Previdencial A			
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	**1.912.722**	**1.766.161**	**8,30**
1. Adições	**233.887**	**255.638**	**-8,51**
Contribuições	92	195	-52,82
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	233.795	255.443	-8,47
2. Destinações	**-114.789**	**-109.077**	**5,24**
Benefícios	-113.458	-107.071	5,97
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-1.331	-2.006	-33,65
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**119.098**	**146.561**	**-18,74**
Constituição de Provisões Matemáticas	-19.207	75.179	-125,55
Superavit Técnico do Exercício	138.305	71.382	93,75
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	**2.031.820**	**1.912.722**	**6,23**
C) Fundos Não Previdenciais	**32.283**	**30.937**	**4,35**
Fundo Administrativo	29.738	28.578	4,06
Fundo dos Investimentos	2.545	2.359	7,88

R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO Plano Previdencial B			
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	**104.150**	**83.930**	**24,09**
1. Adições	**27.005**	**24.350**	**10,90**
Contribuições	12.524	11.129	12,53
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.481	13.221	9,53
2. Destinações	**-4.099**	**-4.130**	**-0,75**
Benefícios	-4.099	-4.090	0,22
Custeio Administrativo	0	-40	-100,00
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**22.906**	**20.220**	**13,28**
Constituição de Provisões Matemáticas	15.435	13.447	14,78
Fundo Previdencial	6.071	3.441	76,43
Superavit Técnico do Exercício	1.400	3.332	-57,98
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	**127.056**	**104.150**	**21,99**
C) Fundos Não Previdenciais	**3.729**	**3.519**	**5,97**
Fundo Administrativo	3.692	3.492	5,73
Fundo dos Investimentos	37	27	37,04

R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	**2.051.328**	**1.883.061**	**8,94**
1. Adições	**270.149**	**288.878**	**-6,48**
Contribuições Previdenciais	12.616	11.284	11,80
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	248.276	268.664	-7,59
Receitas Administrativas	4.320	4.205	2,73
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.388	4.406	-23,10
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	1.354	0	-
Constituição de Fundos de Investimentos	195	319	-38,87
2. Destinações	**-126.590**	**-120.611**	**4,96**
Benefícios	-117.557	-111.161	5,75
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-1.331	-2.007	-33,68
Despesas Administrativas	-7.702	-7.372	4,48
Constituiçao de Contingências - Gestão Administrativa	0	-71	-100,00
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	**143.559**	**168.267**	**-14,68**
Provisões Matemáticas	-3.772	88.626	-104,26
Superavit/Déficit Técnico do Exercício	139.706	74.714	86,99
Fundos Previdenciais	6.071	3.441	76,43
Fundos Administrativos	1.359	1.168	16,35
Fundos dos Investimentos	195	319	-38,87
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	**2.194.887**	**2.051.328**	**7,00**

R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Consolidado			
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	**32.070**	**30.902**	**3,78**
1. Custeio da Gestão Administrativa	**7.708**	**8.611**	**-10,49**
1.1. Receitas	7.708	8.611	-10,49
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	0	40	-100,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.218	4.063	3,81
Resultado Positivo dos Investimentos	3.388	4.406	-23,10
Outras Receitas	102	102	-
2. Despesas Administrativas	**7.702**	**7.372**	**4,48**
2.1. Administração Previdencial	3.484	3.308	5,32
Pessoal e Encargos	2.398	2.398	0,00
Treinamentos/Congressos e Seminários	41	38	7,89
Viagens e Estadias	2	4	-50,00
Serviços de Terceiros	445	454	-1,98
Despesas Gerais	538	359	49,86
Depreciações e Amortizações	41	31	32,26
Tributos	19	24	-20,83
2.2. Administração dos Investimentos	4.218	4.064	3,79
Pessoal e Encargos	2.724	2.469	10,33
Treinamentos/Congressos e Seminários	42	41	2,44
Viagens e Estadias	1	3	-66,67
Serviços de Terceiros	790	811	-2,59

continua na página seguinte

continuação da página anterior

R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Consolidado			
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação
Despesas Gerais	289	341	-15,25
Depreciações e Amortizações	33	23	43,48
Tributos	339	376	-9,84
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	**-1.353**	**71**	**-2.005,63**
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	**0**	**0**	**-**
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	**0**	**0**	**-**
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	**1.359**	**1.168**	**16,35**
7. Constituição/Reversão do Fundo Adminstrativo (6)	**1.359**	**1.168**	**16,35**
8. Operações Transitórias	**0**	**0**	**-**
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	**33.429**	**32.070**	**4,24**

R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS Plano Previdencial A			
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	**2.070.572**	**1.956.082**	**5,85**
1. Provisões Matemáticas	**1.568.211**	**1.587.418**	**-1,21**
1.1. Benefícios Concedidos	1.710.550	1.746.569	-2,06
Benefício Definido	1.710.550	1.746.569	-2,06
1.2. Benefícios a Conceder	11.931	11.809	1,03
Benefício Definido	11.931	11.809	1,03
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(154.270)	(170.960)	-9,76
(-) Serviço passado	(154.270)	(170.960)	-9,76
(-) Patrocinador(es)	(154.270)	(170.960)	-9,76
2. Equilíbrio Técnico	**463.609**	**325.304**	**42,52**
2.1. Resultados Realizados	463.609	325.304	42,52
Superavit Técnico Acumulado	463.609	325.304	42,52
Reserva de Contingência	323.522	325.304	-0,55
Reserva Para Revisão do Plano	140.087	-	-
3. Fundos	**2.545**	**2.359**	**7,88**
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.545	2.359	7,88

continua na página seguinte

continuação da página anterior

R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS Plano Previdencial A			
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação
4. Exigível Operacional	**1.345**	**1.491**	**-9,79**
4.1. Gestão Previdencial	1.344	1.487	-9,62
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	4	-75,00
5. Exigível Contingencial	**34.862**	**39.510**	**-11,76**
5.1. Gestão Previdencial	8.980	16.061	-44,09
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	25.882	23.449	10,38

R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS Plano Previdencial B			
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	**127.264**	**104.190**	**22,15**
1. Provisões Matemáticas	**91.908**	**76.474**	**20,18**
1.1. Benefícios Concedidos	23.735	21.212	11,89
Benefício Definido	23.735	21.212	11,89
1.2. Benefícios a Conceder	68.173	55.262	23,36
Contribuição Definida	68.173	55.262	23,36
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	32.608	26.489	23,10
Saldo de Contas - Parcela Participantes Benefício Definido	35.565	28.773	23,61
2. Equilíbrio Técnico	**7.697**	**6.296**	**22,25**
2.1. Resultados Realizados	7.697	6.296	22,25
Superavit Técnico Acumulado	7.697	6.296	22,25
Reserva de Contingência	5.934	5.303	11,90
Reserva Para Revisão do Plano	1.763	993	77,54
3. Fundos	**27.488**	**21.407**	**28,41**
3.1. Fundos Previdenciais	27.451	21.380	28,40
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	37	27	37,04
4. Exigível Operacional	**171**	**13**	**1.215,38**
4.1. Gestão Previdencial	171	13	1.215,38
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
5. Exigível Contingencial	**-**	**-**	**-**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, pelo Ministério da Fazenda – MF, por intermédio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Constituída em 14 de novembro de 1977 e registrada em 7 de dezembro do mesmo ano como pessoa jurídica de direito privado, tem por objetivo complementar/suplementar a aposentadoria dos funcionários de seus patrocinadores, IRB-Brasil Resseguros S.A. e PREVIRB, e assegurar, em caso de morte, o pagamento de pecúlio e de pensão a seus beneficiários, conforme previsto nos regulamentos previdenciários.

Os recursos financeiros de que a Fundação dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus patrocinadores, de seus Participantes e assistidos e pelos rendimentos resultantes das aplicações financeiras desses recursos, observados os dispositivos da Resolução CMN n° 3.792, de 24 de setembro de 2009 e posteriores atualizações.

A Fundação administra os seguintes Planos de Benefícios de natureza previdenciária: Plano Previdencial A, modalidade de Benefício Definido, e Plano Previdencial B na modalidade de Contribuição Variável, os quais mantêm em 31 de dezembro de 2017 os seguintes quadros de Participantes.

PLANO PREVIDENCIAL A

Categoria	31.12.17	31.12.16
Ativos	1	2
Remido com risco	1	-
Saldados	6	6
Saldados Extraordinários	1	1
Assistidos	1.249	1.279
Beneficiários	321	314
Total	**1.579**	**1.602**

PLANO PREVIDENCIAL B

Categoria	31.12.17	31.12.16
Ativos	349	327
Autopatrocinados	133	134
Benefício Proporcional Diferido	37	26
Assistidos	63	58
Beneficiários	5	5
Total	**587**	**550**

Registra-se que existe um grupo de Participantes no Plano Previdencial A, com custeio dos benefícios previsto no Regulamento, sob a responsabilidade do Patrocinador IRB Brasil RE, denominado Grupo "Pré-68". Tal grupo era composto, em 31/12/2017, de 64 assistidos e pensionistas de responsabilidade exclusiva do IRB Brasil RE e 176 assistidos cuja complementação ou suplementação de aposentadoria era de responsabilidade do IRB Brasil RE e a melhoria de complementação de aposentadoria de responsabilidade da PREVIRB. Em 31/12/2016, esse grupo era composto de 71 assistidos e pensionistas de responsabilidade exclusiva do IRB Brasil RE e 188 assistidos cuja complementação ou suplementação de aposentadoria era de responsabilidade do IRB Brasil RE e a melhoria de complementação de aposentadoria de responsabilidade da PREVIRB.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A PREVIRB apresenta as demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil às entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pronunciamentos contábeis aplicáveis às entidades de previdência complementar, e Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 9 de agosto de 2013; Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011, pela Instrução MPS/PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014 e pela Instrução MPS/PREVIC nº 25, de 22 de dezembro de 2015; e Resolução do Conselho Federal de nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e normativos posteriores.

Os registros contábeis são efetuados em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações e estão sendo apresentados de forma comparativa com os números do exercício de 2016.

GESTÃO PREVIDENCIAL: Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios, os institutos do Resgate, do Autopatrocínio e do Benefício Proporcional Diferido, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

GESTÃO ADMINISTRATIVA: Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios (receitas e despesas administrativas).

FLUXO DOS INVESTIMENTOS: Registro e controle referente à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios, bem como do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC n° 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC n° 12, de 19 de agosto 2013.

2.1. BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela PREVIRB.

2.2. DEMONSTRATIVO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

Este Demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.3. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo ao final de cada exercício.

2.4. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Tem como finalidade demonstrar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.5. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL)

Este Demonstrativo tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.6. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT)

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as altera-

ções do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício. Mostra os valores das obrigações presentes e futuras dos planos para com seus Participantes.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Entidade são resumidas a seguir:

3.1. APURAÇÃO DE RESULTADO

As adições e deduções, as receitas e despesas e as rendas/variações positivas e as deduções/variações negativas, são registradas segundo o princípio da competência, exceto nos casos das contribuições dos autopatrocinados do Plano Previdencial B.

3.2. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições do mês, dos Participantes, das patrocinadoras e autopatrocinados, além das eventuais contribuições em atraso, por plano de benefícios.

3.3. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os recursos de depósitos judiciais recursais, adiantamentos a terceiros e despesas efetivadas antecipadamente com apropriações fracionadas, decorrentes do período de competência.

3.4. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios e PGA estão em convergência com as respectivas Políticas de Investimentos desses Planos, elaboradas sob os preceitos legais, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN n° 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores.

3.4.1. Renda Fixa

São operações com rendas definidas, pré ou pós-fixadas lastreadas em títulos públicos (federais, estaduais e municipais) e privados emitidos por instituições financeiras ou por empresas. Os ativos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, incluídas as corretagens e os emolumentos, evidenciando-se o ágio e o deságio, quando aplicado, e o acréscimo dos juros auferidos pró-rata temporis, até a data do balanço e apropriados mensalmente em Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas. Em atendimento à Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) n° 4, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações posteriores, em especial a Resolução CGPC n° 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação – Aqueles com propósitos de serem negociados, independente do prazo a decorrer, são avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados de baixo risco por agência de risco no País. O critério de avaliação é pelo custo amortizado de forma proporcional, pró rata die, até o vencimento. As aplicações em fundos de investimentos são avaliadas tomando-se por base o valor de suas cotas na data do balanço. Os critérios adotados para mensuração do valor justo são de responsabilidade dos Administradores da Carteira Própria e Carteira Terceirizada, e estão consubstanciados nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46, aprovada pela Resolução do CFC n° 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece:

a) Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo.

b) Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:

- Informações de Nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração;

- Informações de Nível 2 – informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos;

- Informações de Nível 3 – dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

3.4.2. Ações

Os ativos de renda variável são registrados pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliada ao valor de mercado e observada a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada em conta analítica do mercado de renda variável como Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Varia-

ções Negativas, admitindo-se a compensação. As bonificações, os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são reconhecidos contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

3.4.3. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente a partir da última avaliação.

Os imóveis são reavaliados em até três anos, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

A participação em shoppings centers apresenta-se ao custo de aquisição e é amortizada à taxa de 2% ao ano ou à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente.

3.4.4. Operações com Participantes

As operações com Participantes representam os empréstimos concedidos, estando incluídas as parcelas referentes ao principal, à atualização monetária e aos juros até a data do balanço. Condições:

Plano	Indexador	N° Prestações	Taxas A.M.
A	INPC	13	0,50%
		18	0,50%
		24	0,75%
		36	1,00%
B	DI-CETIP	13	0,08%
		18	0,10%
		24	0,50%
		36	0,75%

No ato da concessão é cobrada a cota de fundo garantidor sobre o montante concedido, conforme prazo do contrato, vertida à constituição do fundo dos investimentos para garantia dos empréstimos nos casos de quitação por morte.

3.5. PROVISÕES PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD

As provisões são constituídas em consideração aos riscos e as incertezas de realizações dos rendimentos aferidos e de recebíveis, mediante critérios estabelecidos no item 11 da Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009.

3.6. PERMANENTE

Custeados pelo Plano de Gestão Administrativa – PGA, estão registrados pelo custo de aquisição acrescido de correção monetária, até 31 de dezembro de 1995, ajustado por depreciações ou amortizações acumuladas calculadas pelo método linear, e com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e por espécie de bens, às seguintes alíquotas:

Bens	A.A.
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Periféricos	20%

Os gastos com software e reorganização são amortizados à taxa de 20% ao ano e encontram-se registrados no Permanente – Diferido. Os gastos relacionados à geração de resultados futuros, caso ocorram, serão registrados no Intangível.

3.7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registro de obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, Participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras.

A Entidade adota a sistemática de provisões em atendimento ao disposto na Resolução CNPC n° 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009 e ao Princípio Contábil do Regime de Competência, na proporção de 01/12 avos mensais para as seguintes rubricas:

a) Provisão para Férias; e,
b) Provisão para 13° Salário.

3.8. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das

informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de perda determinada pelos advogados.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências ativas e passivas, são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009.

3.9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

São constituídas por critérios e metodologias atuariais, conforme avaliação e parecer atuarial. Os valores são estimados com fundamentos técnicos para atender as obrigações de benefícios futuros, apresentadas ao valor presente.

Os registros contábeis das provisões matemáticas estão em consonância com a Resolução CNPC n° 9, de 29 de novembro de 2012, que altera a Resolução CGPC n° 18, de 28 de março de 2006, estabelecendo parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

3.10. FUNDOS

Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos.

• Fundo Previdencial: constituído de acordo com disposto em nota técnica atuarial, tem por finalidade suportar variações nos compromissos atuariais.

• Fundo Administrativo: constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

• Fundo dos Investimentos: registram os recursos para garantir a quitação de empréstimos aos Participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

3.11. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Apurado pela diferença entre o valor do Ativo líquido e o total das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superavit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contin-

gência até o limite definido nas normas regulamentares. O que ultrapassar este limite será registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, consoante regras estabelecidas nos normativos.

3.12. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemática, as provisões com demandas judiciais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua operação.

3.13. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos Planos de Benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções CNPC n° 8, de 31 de outubro de 2011, CGPC n° 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Gestão Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A Parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo da PGA", no Passivo, nos respectivos Planos de Benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciários, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores e Participantes dos planos.

3.14. AJUSTES E ELIMINAÇÕES

Ao final de cada mês, a Entidade deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo, registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são: "Superavit Técnico", "Déficit Técnico", "Migração entre Planos", "Compensação de Fluxos Previdenciais","Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA".

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registados em documentos auxiliares.

4. GESTÃO PREVIDENCIAL

4.1. CUSTEIO – PLANO PREVIDENCIAL A

O Plano A oferece benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC n° 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano A conta com dois grupos de Custeio, sendo estes denominados de "1 – Plano Previdencial A" e "2 – Pré-68". Ressalta-se que a criação do Grupo de Custeio "Pré-68" foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da PREVIRB através da Resolução CONDEL n° 053, de 15 de dezembro de 2015.

O plano de custeio vigente, estabelecido pelo atuário, considerou os seguintes pressupostos:

4.1.1. Para o conjunto de Benefícios

Participantes
Contribuições mensais, cujos montantes variam de acordo com os salários reais de contribuição e de taxas progressivas.

Patrocinador
Contribuições mensais correspondentes à diferença entre o custeio global dos benefícios, estabelecido pelo atuário em 23,965%, e a

contribuição dos Participantes Ativos.

4.2. CUSTEIO – PLANO PREVIDENCIAL B

O Plano B está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC n° 16, de 22 de novembro de 2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano apresentam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de percepção.

O custeio vigente, estabelecido pelo atuário, considerou os seguintes pressupostos:

4.2.1 . Para os benefícios de Renda Mensal Vitalícia

Participantes
Contribuições mensais, por eles escolhidas, em valores compreendidos entre 2,85% e 9,50% dos respectivos Salários de Participação.

Autopatrocinados
Contribuições mensais, por eles escolhidas, em valores compreendidos entre 2,85% e 9,50% dos respectivos Salários de Participação, acrescidas, em caso de opção, das contribuições que seriam de responsabilidade do Patrocinador.

Patrocinador
Contribuições mensais em valores idênticos aos escolhidos pelos Participantes.

4.2.2. Para os benefícios de Risco

Renda de Aposentadoria por Invalidez, Pecúlio por Morte, Auxílio-Funeral, Renda Temporária de Auxílio-Doença e Pensão por Morte*, contribuições mensais de:

(*) A Contribuição para Pensão Por Morte é opcional.

Participantes	%
Todos os Benefícios	3,208%
Excluindo a Pensão por Morte	1,610%

Autopatrocinados	%
Todos os Benefícios	6,416%
Excluindo a Pensão por Morte	3,220%

Assistidos	%
Pecúlio por Morte, Auxílio-Funeral e Pensão por Morte	4,480%
Pecúlio por Morte e Auxílio-Funeral	1,260%

Patrocinadores	%
Para Participantes com todos os Benefícios	3,208%
Para Participantes sem Pensão por Morte	1,610%

5. INVESTIMENTOS

Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade possuía, em consonância com a Resolução CMN n° 3.792, de 24 de setembro de 2009, a seguinte Carteira de Investimentos:

DESCRIÇÃO	31.12.17			
	Plano BD	Plano CV	PGA	Consolidado
Títulos Públicos	1.392.241	63.622	11.491	1.467.354
Federais	1.392.241	63.622	11.491	1.467.354
Créditos Privados e Depósitos	356.505	37.643	19.477	413.625
Instituições Financeiras	340.799	35.287	19.006	395.092
Companhias Abertas	15.706	2.356	471	18.533
Ações	47.867	5.435	-	53.302
Instituições Financeiras	12.026	1.720	-	13.746
Companhias Abertas	35.841	3.715	-	39.556
Fundos de Investimento	182.300	19.972	3.204	205.476
Referenciado	22.518	4.338	133	26.989
Renda Fixa	68.306	9.445	3.071	80.822
Participações	91.476	6.189	-	97.665
Investimentos Imobiliários	85.387	-	-	85.387
Aluguéis e Renda	85.387	-	-	85.387
Empréstimos e Financiamentos	5.569	548	-	6.117
Empréstimos	5.569	548	-	6.117
Total do Realizável de Investimentos	2.069.869	127.220	34.172	2.231.261

DESCRIÇÃO	31.12.16			
	Plano BD	Plano CV	PGA	Consolidado
Títulos Públicos	1.274.923	53.208	13.558	1.341.719
Federais	1.274.923	53.208	13.588	1.341.719
Créditos Privados e Depósitos	442.609	37.384	17.524	497.517
Instituições Financeiras	405.305	34.495	15.481	455.281
Companhias Abertas	37.304	2.889	2.043	342.236
Ações	31.093	1.697	-	32.790
Instituições Financeiras	7.468	506	-	7.974
Companhias Abertas	23.625	1.191	-	24.816
Fundos de Investimento	108.967	11.440	2.873	123.280
Referenciado	14.569	2.229	1.258	18.056
Renda Fixa	34.172	5.136	1.615	40.923
Participações	60.226	4.075	-	64.301
Investimentos Imobiliários	87.264	-	-	87.264
Aluguéis e Renda	87.264	-	-	87.264
Empréstimos e Financiamentos	5.604	424	-	6.028
Empréstimos	5.604	424	-	6.028
Total do Realizável de Investimentos	1.950.460	104.153	33.985	2.088.598

5.1. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC n° 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras foram classificados como "Títulos para Negociação" estão avaliados pelo valor de mercado e os "Títulos Mantidos até o Vencimento" são avaliados pelo custo amortizado, pro-rata die até o vencimento.

• ALONGAMENTO DA CARTEIRA DE TÍTULOS PÚBLICOS:

Respeitado o disposto nas Resoluções CGPC n° 04, de 30 de janeiro de 2002 e n° 15, de 23 de agosto de 2005, e com a finalidade de alongamento do vencimento da carteira, em 2017 foram realizadas, simultaneamente, alienações e aquisições de NTN's-B pertencentes à carteira dos Planos Previdenciais.

PLANO A

Para a venda, os papéis foram transferidos para a categoria de "Títulos para Negociação" e os comprados classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". As operações geraram um total de vendas de R$ 91.785.708, contra um total de compras de R$ 91.947.113, resultando em um acréscimo de pagamento de R$ 161.404. Em termos quantitativos, o Plano A realizou a venda de 30.000 títulos e adquiriu 19.456, importando na variação negativa de 544 quantidades de títulos, conforme abaixo discriminado:

DATA	OPERAÇÃO	CÓDIGO ITAÚ	VENCIMENTOS	QTD. DISPONÍVEL ANTES DA TROCA	QTD. OPERADA	TAXA %	VALOR DA VENDA
23/fev	Venda	79331436	15/5/2017	20.482	20.000	7,4296%	60.433.444,46
23/fev	Compra		15/8/2026	-	19.456	5,4217%	60.436.150,81
					-544		-R$ 2.706,35

DATA	OPERAÇÃO	CÓDIGO ITAÚ	VENCIMENTOS	QTD. DISPONÍVEL ANTES DA TROCA	QTD. OPERADA	TAXA %	VALOR DA VENDA
04/Jul	Venda	E293986	15/8/2020	19.505	10.000	5,6909%	31.352.263,98
04/jul	Compra		15/8/2026	-	10.000	5,6000%	31.510.961,98
					0		-R$ 158.698,00

PLANO B

Para a venda, os papéis foram transferidos para a categoria de "Títulos para Negociação" e os comprados classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". As operações geraram um total de vendas de R$ 1.862.929, contra um total de compras de R$ 1.899.731, resultando em um acréscimo de pagamento de R$ 36.802. Em termos quantitativos, o Plano A realizou a venda de 600 títulos e adquiriu 600, conforme abaixo discriminado:

DATA	OPERAÇÃO	CÓDIGO ITAÚ	VENCIMENTOS	QTD. DISPONÍVEL ANTES DA TROCA	QTD. OPERADA	TAXA %	VALOR DA VENDA
04/jul	Venda	E899761A	15/8/2018	600	600	5,2976%	1.862.929,91
04/jul	Compra		15/5/2035	-	600	5,1295%	1.899.731,91
					0		**-R$ 36.802,00**

Em 31 de dezembro 2017, a PREVIRB possuía a seguinte carteira de títulos e valores mobiliários na carteira própria:

5.1.1. Composição dos Títulos Mantidos até o Vencimento

CONSOLIDADO	31.12.17				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional	15.457	61.318	-	-	76.775
Notas do Tesouro Nacional - B	29.284	314.612	461.794	584.889	1.390.579
Subtotal	**44.741**	**375.930**	**461.794**	**584.889**	**1.467.354**
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	143.391	214.382	37.318	-	395.092
Subtotal	**143.391**	**214.382**	**37.318**	**-**	**395.092**
Total	**188.132**	**590.313**	**499.112**	**584.889**	**1.862.446**

CONSOLIDADO	31.12.16				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional	48.603	24.450	-	-	73.053
Notas do Tesouro Nacional - B	60.691	275.102	416.326	516.547	1.268.666
Subtotal	**109.294**	**299.552**	**416.326**	**462.442**	**1.341.719**
Títulos Privados					
Debêntures	24.519	-	-	-	24.519
Letras Financeiras	104.402	316.015	34.864	-	455.281
Subtotal	**128.921**	**316.015**	**34.864**	**-**	**479.800**
Total	**238.215**	**615.567**	**451.190**	**516.547**	**1.821.519**

PLANO BD	31.12.17				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional	13.042	52.214	-	-	65.256
Notas do Tesouro Nacional - B	28.038	307.597	441.238	550.112	1.326.985
Subtotal	**41.080**	**359.811**	**441.238**	**550.112**	**1.392.241**
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	127.848	179.645	33.305	-	340.798
Subtotal	**127.848**	**179.645**	**33.305**	**-**	**340.798**
Total	**168.928**	**539.456**	**474.544**	**550.112**	**1.733.039**

PLANO BD	31.12.16				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional	41.086	20.757	-	-	61.843
Notas do Tesouro Nacional - B	60.691	269.042	394.343	489.005	1.213.081
Subtotal	**101.777**	**289.799**	**394.343**	**489.005**	**1.274.924**
Títulos Privados					
Debêntures	22.290	-	-	-	22.290
Letras Financeiras	96.437	277.744	31.124	-	405.305
Subtotal	**118.727**	**277.744**	**31.124**	**-**	**427.595**
Total	**220.504**	**567.543**	**425.467**	**489.005**	**1.702.519**

PLANO CV	31.12.17				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional	1.961	6.665	-	-	8.626
Notas do Tesouro Nacional - B	-	3.937	16.282	34.777	54.996
Subtotal	**1.961**	**10.602**	**16.282**	**34.777**	**63.622**
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	7.831	23.444	4.013	-	35.287
Subtotal	**7.831**	**23.444**	**4.013**	**-**	**35.287**
Total	**9.792**	**34.046**	**20.295**	**34.777**	**98.910**

PLANO CV	31.12.16				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional	3.056	2.955	-	-	6.011
Notas do Tesouro Nacional - B	-	1.831	17.824	27.542	47.197
Subtotal	**3.056**	**4.786**	**17.824**	**27.542**	**53.208**
Títulos Privados					
Debêntures	637	-	-	-	637
Letras Financeiras	4.885	25.870	3.740	-	34.495
Subtotal	**5.552**	**25.870**	**3.740**	**-**	**35132**
Total	**8.578**	**30.656**	**21.564**	**27.542**	**88.340**

PGA	31.12.17				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional	454	2.439	-	-	2.894
Notas do Tesouro Nacional - B	1.246	3.078	4.274	-	8.598
Subtotal	**1.700**	**5.518**	**4.274**	**-**	**11.491**
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	7.713	11.293	-	-	19.006
Subtotal	**7.713**	**11.293**	**-**	**-**	**19.006**
Total	**9.413**	**16.811**	**4.274**	**-**	**30.497**

PGA	31.12.16				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional	4.461	738	-	-	5.199
Notas do Tesouro Nacional - B	-	4.229	4.159	-	8.388
Subtotal	**4.461**	**4.967**	**4.159**	**-**	**13.587**
Títulos Privados					
Debêntures	1.592	-	-	-	1.592
Letras Financeiras	3.080	12.401	-	-	15.481
Subtotal	**4.672**	**12.401**	**-**	**-**	**17.073**
Total	**9.133**	**17.368**	**4.159**	**-**	**30.660**

5.1.2. Composição dos Títulos para Negociação

CONSOLIDADO	31.12.17				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Privados					
Debêntures	-	18.363	-	-	18.363
Subtotal	**-**	**18.363**	**-**	**-**	**18.363**
Total	**-**	**18.363**	**-**	**-**	**18.363**

CONSOLIDADO	31.12.16				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Privados					
Debêntures	-	17.715	-	-	17.715
Subtotal	**-**	**17.715**	**-**	**-**	**17.715**
Total	**-**	**17.715**	**-**	**-**	**17.715**

PLANO BD	31.12.17				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Privados					
Debêntures	-	15.706	-	-	15.706
Subtotal	-	15.706	-	-	15.706
Total	-	**15.706**	-	-	**15.706**

PLANO BD	31.12.16				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Privados					
Debêntures	-	15.013	-	-	15.013
Subtotal	-	**15.013**	-	-	**15.013**
Total	-	**15.013**	-	-	**15.013**

PLANO CV	31.12.17				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Privados					
Debêntures	-	2.356	-	-	2.356
Subtotal	-	2.356	-	-	2.356
Total	-	**2.356**	-	-	**2.356**

PLANO CV	31.12.16				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Privados					
Debêntures	-	2.252	-	-	2.252
Subtotal	**-**	**2.252**	**-**	**-**	**2.252**
Total	**-**	**2.252**	**-**	**-**	**2.252**

PGA	31.12.17				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Privados					
Debêntures	-	301	-	-	301
Subtotal	**-**	301	**-**	**-**	301
Total	**-**	**301**	**-**	**-**	**301**

PGA	31.12.16				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Privados					
Debêntures	-	450	-	-	450
Subtotal	**-**	**450**	**-**	**-**	**450**
Total	**-**	**450**	**-**	**-**	**450**

Os títulos com prazo inferior a 365 dias são obrigatoriamente apreçados pelo valor de mercado.

5.2. AÇÕES

A carteira de ações consolidada está composta de papéis de diversas empresas, assim constituída:

AÇÕES	TIPO	Exercício findo em	
		31.12.17	31.12.16
Ambev S.A.	ON	5.423	3.079
Banco Bradesco S.A.	PN	7.650	4.451
BB Seguridade Participações S.A	ON	1.486	1.080
BRF S.A.	ON	2.544	2.514
CCR S.A.	ON	2.193	1.492
Duratex S.A.	ON	-	1
Engie Brasil Energia S.A.	ON	1.973	1.246
Gerdau S.A.	PN	2.477	1.750
Itausa - Investimentos Itaú S.A.	PN	3.548	2.093
Itaú Unibanco S.A	PN	5.882	3.332
Petróleo Brasileiro S.A	PN	5.970	4.085
Ultrapar Participações S.A.	ON	4.478	3.019
Vale S.A.	ON	9.206	4.361
		52.830	**32.503**

Cabe ressaltar que os Valores de Dividendos e Juros S/ Capital estão registrados nas rubricas 1233.01.06 - A Receber – Instituições Financeiras e 1233.02.06 – A Receber - Companhias Abertas. Esses direitos totalizavam R$ 471 mil, em 31/12/2017 e R$ 288 mil, 31/12/2016 e compõem o saldo total de ações no Balanço Patrimonial.

5.3. FUNDOS DE INVESTIMENTO

• POSIÇÃO DA CARTEIRA

DESCRIÇÃO	31.12.17	31.12.16
REFERENCIADO	26.989	18.057
RENDA FIXA	80.821	40.923
PARTICIPAÇÕES	97.665	64.300
Total	**205.476**	**123.280**

5.4. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

• POSIÇÃO DA CARTEIRA

DESCRIÇÃO	31.12.17	31.12.16
EDIFICAÇÕES		
USO PRÓPRIO	-	-
LOCADOS A TERCEIROS	68.807	70.157
ALUGUEIS RECEBER	432	607
PAGAMENTOS ANTECIPADOS	15	-
PARTICIPAÇÕES		
SHOPPING CENTER	16.133	16.500
Total	**85.387**	**87.264**

• REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em cumprimento à Resolução CMN n° 3.792, de 24 de setembro de 2009 e Instrução MPS/SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009, a PREVIRB efetuou a reavaliação dos investimentos imobiliários em outubro/2016 através da empresa Analítica – Engenharia de Avaliações LTDA.

5.5. PROVISÃO PARA PERDAS COM INVESTIMENTOS

Foram provisionados em exercícios anteriores, valores referentes a títulos de renda fixa privados passíveis de não recebimento. A PREVIRB, através de recursos judiciais iniciados no passado, vem envidando esforços nas realizações dos mesmos.

		Exercício findo em	
Título	Data de Aquisição	31.12.17	31.12.16
Debêntures ENCOL	12/8/1997	1.505	1.505
Banco Bradesco S.A.	30/1/1995	7.400	7.400
Total		**8.905**	**8.905**

5.6. PENHORA DE ATIVOS

A Entidade figura como ré em processo judicial, em que o seguinte ativo foi penhorado:

• Salão 501, Bloco I, com 36 vagas de garagem, localizado na Praia de Botafogo, n° 501 (Centro Empresarial Mourisco), para garantia do débito oriundo da decisão condenatória proferida na Reclamação Trabalhista n° 0040000-89.2000.4.08.0003, deflagrado, na 3ª Vara do Trabalho de Belém, por Esmeralda Telles da Costa e Outros, em face do IRB e da PREVIRB, com valor de R$ 1.965 mil atualizados para 31/12/2017. Na mesma data, o imóvel está registrado pelo valor de R$ 30.962 mil.

6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Referem-se às provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável e possível. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros, encontrando-se em conformidade com a Instrução MPS/PREVIC n° 5, de 8 de setembro de 2011.

6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Ações classificadas pela Assessoria Jurídica de "perdas prováveis" constituídas ao valor estimado, em consideração a jurisprudência consolidada e instâncias judiciais.

	Exercício findo em	
Título	31.12.17	31.12.16
GESTÃO PREVIDENCIAL		
Contencioso Trabalhista - Provisão		
Passivo Contingencial	**8.980**	**11.299**
Ativo Contingencial	**-601**	**-600**
(-) Depósitos Recursais	-95	-95
(-) Depósitos Judiciais	-506	-505
Contencioso Trabalhista - Líquido	**8.379**	**10.699**
Relacionadas com Tributos - Provisão		
Passivo Contingencial	**-**	**4.762**
Ativo Contingencial	**-**	**-4.731**
(-) Depósitos Judiciais	-	-4.731
Relacionadas com Tributos - Líquido	**-**	**31**
Gestão Previdencial Líquida		
Passivo Contingencial	**8.980**	**16.061**
Ativo Contingencial	**-601**	**-5.331**
Total - Gestão Previdencial	**8.379**	**10.730**

6.2. INVESTIMENTOS

O montante registrado nessa rubrica apresenta a seguinte composição:

	Exercício findo em	
Descrição	31.12.17	31.12.16
Renda Fixa (a)	1.491	1.491
Investimentos Imobiliários (b)	1.225	1.225
Tributos (c)	23.167	20.733
Total	**25.883**	**23.449**

a) Renda Fixa:

R$ 1.491 mil refere-se à ação que o Estado de Pernambuco move contra a PREVIRB, com vistas a se ressarcir do deságio praticado em operação com LFTE-PE.Os autos permanecem em primeira instância, aguardando decisão quanto à questão do deságio. Classificação de perda: Possível;

b) Investimentos Imobiliários:

Provisão para pagamento, a título de ressarcimento, à empresa SPE Chance Participações S/A, adquirente da quota-parte da PREVIRB no Ilha Plaza Shopping Center, considerando o que consta do item 3.2 da Escritura Pública de Compra e Venda: "3.2.

A OUTORGANTE declara que existem três execuções fiscais inscritas sob nº 2006.120.009459-1; 2006.120.051830-5; e 2006.120.05860-4 referentes ao Imposto sobre a Propriedade em Território Urbano (IPTU), de conhecimento da OUTORGADA e que, na eventualidade da OUTORGADA ser instada a efetuar o pagamento de tais execuções por força de sentença judicial, a OUTORGANTE irá imediatamente efetuar o pagamento correspondente a sua fração ideal do imóvel diretamente ao credor de tais execuções". Embora a ECIG – Empreendimentos Comerciais Ilha do Governador S/A tenha quitado, no exercício de 2015, o débito envolvido nas três execuções fiscais, nada impede que busque o ressarcimento do valor correspondente à quota-parte então detida pela PREVIRB. No momento, entendemos como provável a chance de perda do valor objeto desta provisão, sem embargos de futuras avaliações que possam alterar esta classificação.

c) Tributos

c.1) R$ 21.878 mil

Trata-se de Execução Fiscal para a cobrança da CDA nº 70.2.13.002102-57, referente a suposto débito fiscal de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, formalizado no PAF nº 10768.010559/2001-19, o qual decorre de desenquadramento do benefício de anistia previsto no artigo 5° da Medida Provisória nº 2.222/01. A PREVIRB contratou seguro-garantia para cobertura de possível execução. Classificação de perda: Possível;

c.2) R$ 1.289 mil

Trata-se de Auto de Infração que exige suposto débito pela falta de recolhimento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, referente ao ano de 1997, sobre o qual ainda incidem multa e juros de mora. Classificação de perda: Possível.

6.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estão contabilizados os valores em litígio com possibilidade de desembolso, conforme a seguir demonstrado:

A Receita Federal do Brasil questiona administrativamente a Fundação, sobre a correta base de cálculo na apuração do PIS (no período entre fevereiro de 1999 e julho de 2002) e da COFINS (no período entre fevereiro de 1999 e julho de 2002), o que gerou uma divergência entre o valor recolhido e o calculado pela Receita.

Em outubro de 2017 foi realizada reversão parcial de Contingência referente ao Processo Administrativo nº 19740.000270/2006-89 – PIS e COFINS, pois tendo em vista a prolação do acórdão nº 13-

27.351 pela 4ª Turma da DRJ/RJ2, que reconheceu a decadência dos lançamentos de PIS e COFINS realizados sobre os períodos de apuração de fevereiro de 1999 a fevereiro 2000, o processo em referência teve seu valor objeto de discussão reduzido de forma significativa, passando a ter o valor estimado em outubro de 2017 de R$ 576.642,6, referentes à COFINS e, R$ 115.028,76, referentes ao PIS.

A PREVIRB impetrou Mandado de Segurança contra a Receita Federal do Brasil objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao não reconhecimento das contribuições ao PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com base em precedentes do Supremo Tribunal Federal. Os valores devidos a título de Contribuições ao PIS e COFINS passaram a ser depositado judicialmente. Os autos encontram-se no TRF (2ª Instância), aguardando julgamento dos recursos de apelação interpostos pela PREVIRB e pela União Federal.

Tendo em vista a entrada em vigor da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, que alterou o art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, os consultores jurídicos orientaram a Fundação a cessar o procedimento de depósito judicial do PIS e da COFINS em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2015, devendo recolher diretamente aos cofres públicos, mediante guias de DARF's.

A discussão judicial remanesce quanto aos valores depositados antes da competência de dezembro de 2014.

	Exercício findo em	
Título	**31.12.17**	**31.12.16**
GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Relacionadas com Tributos - Provisão		
Indenizações Trabalhistas	**15**	**-**
PIS e COFINS	**3.594**	**4.962**
Ativo Contingencial	-2.883	-2.883
(-) Depósitos Judiciais	-2.883	-2.883
PIS e COFINS	-2.874	**-2.874**
Recursos Trabalhistas	-9	**-9**
Relacionadas com Tributos - Líquido	**726**	**2.079**
Gestão Administrativa Líquida		
Passivo Contingencial	3.609	4.962
Ativo Contingencial	**-2.883**	**-2.883**
Total - Gestão Administrativa	**726**	**2.079**

• OUTROS PROCESSOS TRIBUTÁRIOS ADMINISTRATIVOS/JUDICIAIS

Há na Entidade outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como chances de perdas Possível e Remota

pelos Consultores Jurídicos, que acompanham os andamentos em todas as instâncias. O valor dessas contingências em 31/12/2017 correspondia a R$ 9.329 (R$ 12.251 em 31/12/2016).

7. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram constituídas de acordo com as disposições legais vigentes, com base em cálculos atuariais efetuados pela Mercer Gama Consultores, conforme parecer emitido em 16 de fevereiro de 2018. E encontram-se demonstradas em consonância com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estavam assim compostas:

	Exercício findo em	
Descrição	**31.12.17**	**31.12.16**
Benefícios Concedidos	**1.734.285**	**1.767.780**
Contribuição Definida	-	-
Benefício Definido	1.734.285	1.767.780
Benefícios a Conceder	**80.104**	**67.071**
Contribuição Definida	68.172	55.262
Benefício Definido	11.932	11.809
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	**154.270**	**170.960**
(-) Serviço Passado	154.270	**170.960**
Total das Provisões Matemáticas	**1.660.119**	**1.663.891**

Conforme Resolução CONDEL n° 053, de 15 de dezembro de 2015, o Conselho Deliberativo da PREVIRB aprovou a criação do Grupo de Custeio "Pré-68", passando a operacionalização do pagamento dos benefícios de Complementação e Suplementação de Aposentadoria e Pecúlio por Morte, Melhoria de Complementação e Melhoria de Pensão por Morte do grupo dos admitidos na Patrocinadora até 31/12/1968 do IRB para o Plano Previdencial A da PREVIRB.

As Provisões a Constituir observadas no Plano A, devido à inclusão do Grupo "Pré-68", são referentes aos benefícios já concedidos, sendo que são objetos de contrato com garantia, conforme Resolução MPS/CNPC n° 15, de 19 de novembro de 2006, que alterou a Resolução MPS/CGPC n° 18, de 28 de março de 2006. Considerando que o valor da dívida contratada rege-se, atuarialmente, pelo valor das Provisões Matemáticas do Grupo de Custeio "Pré-68", caso em algum momento, o valor das garantias oferecidas venha a ser inferior ao valor da dívida, deve-se proceder ao aditamento do Contrato de Confissão de Dívida, de modo a complementar as garantias oferecidas.

7.1. PREMISSAS ATUARIAIS

Houve alteração na hipótese formulada anteriormente à avaliação atuarial do Plano Previdencial A, referente à taxa de juros de 4,34% a.a.,

de janeiro a novembro, para 4,38% a.a. a partir de dezembro. Além da alteração da Tábua de Mortalidade Geral BR-EMSsb-2015 M&F para AT-2000 M&F suavizada em 10% para o Grupo de Custeio "Pré-68". Não houve alteração na hipótese formulada anteriormente à avaliação atuarial do Plano Previdencial B, referente a taxa de juros de 4,36% a.a. Demais premissas a seguir:

• Projeção de crescimento real de salário: Nulo para o Plano "A" e 1,00% acima do IPCA para o Plano "B";
• Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS: 0%;
• Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados: Não Aplicável;
• Hipótese sobre rotatividade: Nulo para o Plano "A" e 2,50% Plano "B";
• Tábua de Mortalidade Geral: BR-EMSsb-2015, para ambos os Planos;
• Tábua de Mortalidade de Inválidos: MI-85;
• Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas;
• Fator de Capacidade: 0,9803;
• Composição Familiar de Ativos: Exp. PLANO A 2016 – Fator de Reversão Médio para Família Real para o Plano "A" e Exp. PLANO B 2017 – Fator Reversão Médio para o Plano "B".

8. FUNDOS

8.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

• PLANO PREVIDENCIAL B – Desdobrado da seguinte forma: Cobertura de Oscilação de Risco por Invalidez, Cobertura de Risco por Morte (Pensão por Morte, Pecúlio por Morte e Auxílio-Funeral), e Cobertura de Risco de Auxílio-Doença.

MUTAÇÃO DO PERÍODO	FUNDO PREVIDENCIAL A	FUNDO PREVIDENCIAL B	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2016	-	21.380	21.380
Constituição/Reversão	-	6.071	6.071
Em 31 de dezembro de 2017	-	27.451	27.451

8.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos Planos de Benefícios, incluídas as despesas de investimentos. Pode ser utilizado, mensalmente, quando as despesas superarem as receitas. Sua remuneração se dá com base no resultado da carteira de investimentos do PGA.

MUTAÇÃO DO PERÍODO	FUNDO ADMINISTRATIVO
Em 31 de dezembro de 2016	**32.070**
Constituição/Reversão	-2.028
Por sobrecarga das despesas	-3.382
Pela reversão de contingências	1.354
Fluxo positivo dos investimentos	3.388
Em 31 de dezembro de 2017	**33.430**

8.3. INVESTIMENTOS

Constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos Participantes na eventualidade do seu falecimento.

MUTAÇÃO DO PERÍODO	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Em 31 de dezembro de 2016	**2.387**
Taxa de garantia	65
Resultado dos investimentos do Fundo	304
Sinistro por falecimentos	-174
Em 31 de dezembro de 2017	**2.582**

9. RESULTADO ADMINISTRATIVO

9.1. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Na demonstração do Plano de Gestão Administrativa – PGA o item "Custeio da Gestão Administrativa" representa os recursos recebidos da Gestão Previdencial e dos Investimentos para cobertura das despesas administrativas da Fundação. O item "Resultado Positivo dos Investimentos da Gestão Administrativa" representa a rentabilidade auferida pela carteira de investimentos do PGA. Em virtude da alteração do Plano de Custeio, a partir do exercício de 2016 deixou de ser cobrada contribuição administrativa.

Apesar da Resolução CGPC n° 29, de 31 de agosto de 2009, estabelecer a taxa de 1% dos recursos garantidores como limite para cobertura das despesas administrativas, a PREVIRB, no exercício de 2017, fixou esse limite em 0,45%. No exercício de 2017, essa relação situou-se em 0,35%.

Descrição	Exercício findo em 31.12.17	31.12.16
Custeio da Gestão Administrativa	**4.320**	**4.204**
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	-	40
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.218	4.063
Outras Receitas	102	101
Despesas Administrativas	**-7.702**	**-7.372**
Gestão Previdencial	-3.484	-3.307
Investimentos	-4.218	-4.065
Constituição/Reversão de Contingências	**1.354**	**-71**
Resultado Positivo dos Investimentos da Gestão Administrativa	**3.388**	**4.406**
Sobra Apropriada ao Fundo Administrativo	**1.360**	**1.167**

9.2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Pessoal e Encargos	**5.122**	**4.867**
Dirigentes	1.561	1.557
Pessoal e Próprio	3.541	3.292
Pessoal Cedido	-	-
Estagiários	18	16
Outras Despesas	2	2
Treinamento Congresso e Seminário	**82**	**79**
Viagens e Estadias	**3**	**7**
Serviços de Terceiros	**1.235**	**1.265**
Consultoria Atuarial	115	140
Consultoria dos Investimentos	69	71
Consultoria Jurídica	146	84
Informática	382	391
Gestão de Planejamento Estratégico	7	14
Auditoria Externa	39	38
Auditoria Atuarial	-	25
Custódia de Títulos	460	471
Reavaliação de Imóveis	-	13
Serviços Terceirizados	17	18
Despesas Gerais	**827**	**700**
Tributos	**358**	**400**
Depreciações e Amortizações	**75**	**54**
Outras Despesas	**-**	**-**
Total	**7.702**	**7.372**

As despesas administrativas da Fundação foram de R$ 7.702 mil. Considerando-se a reversão de contingências de R$ 1.354 mil, conforme demonstrado no item 6 – Gestão Administrativa desta nota, as despesas líquidas totalizaram R$ 6.349 mil no exercício de 2017.

No exercício o percentual das despesas em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios foi de 0,35% contra um percentual de 0,36% no exercício de 2016.

9.3. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Disposto no Anexo A do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pela Resolução CONDEL n° 001, de 18 de janeiro de 2017, o rateio das despesas administrativas visa atender ao estabelecido na Resolução CGPC n° 29, de 31 de agosto de 2009, tendo como objetivo a segregação dos custos da Gestão Previdencial e dos Investimentos entre os Planos Previdenciais A e B.

	Exercício findo em	
Descrição	31.12.17	31.12.16
Despesas Administrativas	**-7.702**	**-7.372**
PLANO PREVIDENCIAL A	**-7.282**	**-7.016**
Gestão Previdencial	-3.309	-3.162
Investimentos	-3.973	-3.854
PLANO PREVIDENCIAL B	**-420**	**-356**
Gestão Previdencial	-175	-146
Investimentos	-245	-210

O montante de R$ 7.702 mil foi apropriado da seguinte forma: Gestão Previdencial - R$ 3.484 mil e Investimentos - R$ 4.218 mil representando, respectivamente, 45,24% e 54,76% das despesas administrativas.

10. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado consolidado do exercício, de R$ 139.706 mil, originou-se, preponderantemente, pela rentabilidade dos ativos garantidores dos Planos terem sido superior à meta atuarial, bem como pela elevação da premissa da taxa real de juros.

	Exercício findo em	
Formação	31.12.17	31.12.16
Resultado Líquido da Gestão Previdencial	-106.271	-101.882
Resultado Líquido da Gestão Administrativa	-2.028	-3.238
Resultado Líquido dos Investimentos	251.860	273.390
	143.561	**168.270**
(-) Constituição de Provisões Atuariais	3.772	-88.627
(-) Constituição do Fundo Previdencial	-6.071	-3.442
(-) Constituição do Fundo Administrativo	-1.360	-1.168
(-) Constituição do Fundo de Investimentos	-196	-319
Superavit ou Déficit do Exercício	139.706	74.714
Resultado Acumulado até o Exercício Anterior	**331.600**	**256.885**
Resultado Acumulado até o Exercício Atual	**471.306**	**331.600**

11. CONTROLES INTERNOS E RISCOS

Com o objetivo de manter as atividades da Fundação e assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos, em permanente aderência com a Resolução CGPC n° 13, de 1° de outubro de 2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, novos planos de ação têm sido, periodicamente, propostos e homologados pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Entidade.

Para a consecução dos objetivos, a estrutura de governança da Fundação inclui, além do mínimo exigido pela legislação, cinco comitês consultivos: o Comitê de Investimentos (COINV), o Comitê de Seguridade (COSEG), o Comitê de Controles Internos (COINT), o Comitê de Tecnologia da Informação (COMTI) e o Comitê de Ética (COETI).

No exercício de 2017, visando compatibilizar as ações com o porte da Entidade, bem como com os níveis de exposição a riscos e respectivos controles, foi desenvolvida a 10ª edição dos Planos de Ação, com base no 1° Relatório de Certificação de Riscos e Controles Internos realizado pela JCMB Consultores. Priorizando a adequação com

as demais atividades da Fundação, foram executados os seguintes planos:

1) Criar controle específico para os processos de certificação, habilitação e qualificação dos Conselheiros, Dirigentes e empregados envolvidos que atuem diretamente na avaliação e aprovação de investimentos;
2) Desenvolver serviço de recadastramento online;
3) Integrar o sistema de RH (folha) da PREVIRB com o sistema ERP.

Além das metas definidas pelo CONDEL, a PREVIRB manteve o aperfeiçoamento de sua governança corporativa, implementando as seguintes ações:

11.1. GESTÃO DE RISCOS

A Fundação está exposta a diversas naturezas de riscos, inerentes à sua finalidade básica. Por essa razão são incentivadas a adoção e a utilização das boas práticas de governança, por meio da criação de normas procedimentais, ferramentas de gerenciamento de riscos e controles na rotina de trabalho. Nesse sentido, a Fundação aprimorou algumas de suas normas e realizou diversas ações, tais como:

a) Revisão, atualização e criação de normas dos Manuais de Gestão, a seguir listadas:

i. Competências e Alçadas Decisórias;
ii. Manual de Controle Interno;
iii. Manual de Procedimentos (revisão das atividades de investimentos);
iv. Norma de Cadastro;
v. Política Atuarial;
vi. Política de Investimentos dos Planos A, B e PGA para 2018;
vii. Política de Segurança da Informação;
viii. Programa de Avaliação de Desempenho;
ix. Regulamento do Plano de Gestão Administrativa.

b) Manutenção do processo de Certificação e Recertificação de Profissionais e Conselheiros e a Habilitação dos dirigentes em atendimento às Instruções PREVIC n° 28, de 12 de maio de 2016 e n° 6, de 29 de maio de 2017;

c) Adesão ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos da Abrapp;

d) Integração dos sistemas de TI da Fundação.

11.2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A Fundação está permanentemente em busca de aprimoramento na sua gestão. A multiplicação das boas práticas de governança corporativa constitui instrumento precioso para assegurar a harmonização dos diversos interesses envolvidos na gestão dos recursos, reconhecendo que a governança corporativa é uma forma de incentivo para o gerenciamento de resultado e para uma correta gestão das despesas administrativas. Para alcançar esse objetivo foram realizadas as seguintes ações:

a) Aprovação, pela DIREX e pelo CONDEL, dos indicadores de gestão, bem como suas metas, que serão adotados no exercício de 2018, para avaliação objetiva das despesas administrativas, de que trata o §1°, Artigo 4°, da Resolução MPS/CGPC n° 29, de 31 de agosto de 2009;

b) Revisão e renegociação dos contratos com prestadores de serviços terceirizados, com o objetivo de reduzir despesas administrativas.

11.3. ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL

Essas instâncias mantiveram suas rotinas de trabalho, incluindo uma agenda anual de reuniões, possibilitando uma melhor atuação e interação entre si e com a Diretoria-Executiva (DIREX). As ações realizadas, reflexos dessa atuação, estão descritas a seguir:

CONDEL:

a) Aprovação das Políticas de Investimentos, para o exercício de 2018, dos Planos Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa – PGA;

b) Aprovação do Relatório Anual de Prestação de Contas da DIREX do Exercício 2016 e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016;

c) Aprovação da alteração da taxa de juros atuarial do Plano Previdencial A e manutenção da taxa de juros do Plano B;

d) Aprovação dos Testes de Aderência e definição das Hipóteses e Premissas Atuariais para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017, dos Pareceres Atuariais dos Planos Previdenciais A e B e dos Planos Anuais de Custeio Previdencial e de Custeio Administrativo;

e) Aprovação da alteração do Regulamento do Plano Previdencial B;

f) Aprovação das Demonstrações Atuariais dos Planos Previdenciais A e B - exercício 2016 para envio à PREVIC;

g) Aprovação da abertura de novo processo de Suplementação de Aposentadoria no Plano Previdencial A;

h) Contratação da empresa Fernando Motta & Associados para prestação de serviços de Auditoria Externa – exercício 2017;

i) Aprovação dos critérios qualitativos e quantitativos da proposta orçamentária dos Planos Previdenciais A e B e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, a serem observados no exercício de 2018.

CONFI:

a) Produção da Manifestação do CONFI – 2° Semestre de 2016 e do 1° Semestre de 2017;

b) Acompanhamento trimestral da execução orçamentária da Entidade do exercício de 2017;

c) Exame da evolução das metas dos Indicadores de Gestão do exercício de 2017.

11.4. RISCO ATUARIAL E DE LIQUIDEZ

Visando mitigar o risco de incapacidade de pagamento e de descasamento entre os ativos e o passivo da Fundação, foram realizadas as seguintes ações:

a) Avaliação Atuarial do exercício de 2016, realizada no início de 2017, pela Mercer GAMA Consultores e consequente atualização do controle de fluxo Ativo-Passivo;

b) Definição pelo CONDEL das Hipóteses e Premissas Atuariais para a Avaliação Atuarial do encerramento de exercício de 2017, com base nos estudos realizados pela consultoria externa;

c) Mudança da taxa de juros atuarial no Plano Previdencial A para 4,38%a.a. e manter a do Plano B em 4,36% a.a.;

d) Alteração da Tábua de Mortalidade Geral para o Grupo "Pré-68" para AT-2000 (suavizada em 10%) Male&Female e manutenção das demais tábuas, conforme a seguir: Tábua de Mortalidade Geral para BR-EMSsb - 2015 Male&Female para o Grupo Plano A e Plano B; Tábua Álvaro Vindas para Entrada em Invalidez; e Tábua MI-85 Male&Female para Mortalidade de Inválidos.

11.5. RISCO DE CONTENCIOSO

Visando mitigar o risco de possíveis perdas decorrente de ações ajuizadas pela Fundação ou contra ela, foram realizadas as seguintes ações:

a) Encerramento dos processos que já contam com decisões transitadas em julgado, executadas ou não, a depender do caso;

b) Apuração e levantamento de valores objeto de depósito judicial/ recursal.

12. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A PREVIRB mantém contrato com pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações nos segmentos de renda fixa e renda variável. A gestão dos investimentos é exercida pela própria entidade, observando o que dispõe sua política de investimento, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

As rentabilidades auferidas pelas carteiras de investimentos, através do método da taxa interna de retorno, podem ser assim demonstradas:

Segmento de Aplicação	Exercício 2017		Exercício 2016	
	Plano A	Plano B	Plano A	Plano B
Renda Fixa	9,46%	9,70%	13,67%	13,79%
Renda Variável	22,71%	15,40%	45,78%	43,65%
Investimentos Estruturados	130,58%	130,58%	55,36%	55,36%
Imóveis	6,62%	-	9,79%	-
Empréstimos	15,37%	20,68%	18,92%	24,59%
Consolidado (*)	**12,69%**	**13,63%**	**14,87%**	**15,53%**

(*) A taxa mínima atuarial, para o Plano Previdencial A, e o índice de referência, relativo ao Plano Previdencial B, em 2017, fecharam em: 10,84% (INPC + 4,34%) e 9,93% (100% do CDI), respectivamente. Em 2016, os parâmetros dessas rubricas foram de 10,84% para o Plano A (INPC + 4,00) e 14,00% para o Plano B (100% do CDI).

13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

13.1. RESULTADO TÉCNICO

Conforme esclarecido na Nota 10, a Fundação atingiu um superavit acumulado de RR 471.306 mil, segregado conforme quadro abaixo, de acordo com o Art. 7° da Resolução CGPC n° 26, de 29 de setembro de 2008 e o Item 27 do Inciso II, Anexo A da Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009.

	Exercício findo em			
	31.12.17		31.12.16	
	Plano A	Plano B	Plano A	Plano B
Reserva de Contingência	323.522	5.934	325.304	5.303
Reserva Especial P/ Revisão do Plano	140.087	1.763	-	993
Resultados Realizados	**463.609**	**7.697**	**325.304**	**6.296**

O superavit dos planos passou de R$ 331.600 mil em 31/12/2016, para R$ 471.306 mil, em 31/12/2017, representando um aumento de 42,13%, ou R$ 139.706 mil.

No Plano Previdencial A, o superavit do Plano passou de R$ 325.304 mil para R$ 463.609 mil, representando um aumento de 42,52%, ou um aumento de R$ 138.305 mil. Esta variação deu-se, principalmente, pela rentabilidade dos ativos garantidores do Plano ter sido superior à meta atuarial, bem como pela elevação da premissa da taxa real de juros.

Da totalidade do superavit apurado em 31/12/2017, o montante de R$ 323.522 mil foi alocado em Reserva de Contingência, e R$ 140.087 mil em Reserva Especial para Revisão do Plano em conformidade com a Resolução MPS/CGPC n° 26, de 29 de setembro de 2008 e alterações posteriores. Cumpre ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC n° 22, de 25 de novembro de

2015, e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo, de 10,63 anos, do Plano A, posicionada em 31/12/2017, ficando o limite em 20,63% das provisões.

No exercício de 2017, a meta atuarial do Plano foi de 6,50%, composta pelo INPC de 2,07% acrescida da taxa de juros de 4,34%a.a., enquanto que a rentabilidade alcançada no exercício foi de 12,69%, representando um ganho atuarial de 5,82%.

No Plano Previdencial B, o superavit do Plano passou de R$ 6.296 mil para R$ 7.696 mil, representando um aumento de 22,24%, ou um aumento de R$ 1.400 mil. Esta variação deu-se, principalmente, pela rentabilidade dos ativos garantidores do Plano ter sido superior à meta atuarial.

Do superavit apurado em 31/12/2017, o montante de R$ 5.934 mil foi alocado em Reserva de Contingência, e R$ 1.763 mil em Reserva Especial para Revisão de Plano em conformidade com a Resolução MPS/CGPC n° 26/2008 e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC n° 22/2015, visto que o mesmo representa 32,43% das Provisões Matemáticas Totais do Plano estruturada na modalidade de benefício definido, e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2017 de 17,00 anos, o limite da Reserva de Contingência é de 25,00%.

No exercício de 2017, a meta atuarial do Plano foi de 6,52%, composta pelo INPC de 2,07% acrescida da taxa de juros de 4,36%, enquanto que a rentabilidade alcançada no exercício foi de 13,63%, representando um ganho atuarial de 6,68%.

13.2. TAXA DE JUROS ATUARIAL

Conforme determina a Resolução MPS/CGPC n° 18, de 28 de março de 2006, alterada pela Resolução MPS/CGPC n° 15, de 19 de novembro de 2014, a taxa de juros real anual, corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, sendo que a EFPC poderá adotar taxa de juros real anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro.

A Taxa de Juros Parâmetro em vigor, conforme especificações da Portaria PREVIC n° 375, de 17 de abril de 2017, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente. Os limites mínimos e máximos serão definidos com base na duração do passivo de cada plano de benefícios.

Considerando o art. 6 da instrução MPS/PREVIC n° 23, de 26 de junho de 2015, foi avaliado o retorno anual esperado das carteiras de

ativos a partir do fluxo do passivo do plano de benefícios. A demonstração da convergência da taxa de juros ocorreu por meio da apuração da Taxa Interna de Retorno – TIR da rentabilidade real gerada pelo fluxo de caixa dos ganhos financeiros do Plano, considerando um nível de confiança de no mínimo 50%.

A taxa de juros do Plano Previdencial A é de 4,38% a.a. O corredor autorizado para o Plano Previdencial A, considerando a duração do passivo de 2016 do Plano (10,91 anos) é de 4,38% a.a. até 6,65% a.a., optou-se por adotar o valor mínimo do corredor, ou seja, 4,38% a.a.

Com relação ao Plano B, a taxa de juros é de 4,36% a.a. O corredor autorizado, considerando a duração do passivo de 2016 do Plano (18,98 anos) é de 4,36% a.a. até 6,63% a.a.. No Plano B também foi adotado o valor mínimo do corredor, ou seja, 4,36% a.a.

13.3. AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS X DURAÇÃO DO PASSIVO

A nova redação dada à Resolução CGPC n° 26, de 29 de setembro de 2008, com base na Resolução CNPC n° 16, de 19 de novembro de 2014, estabelece o modelo de cálculo para o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria mantida até o vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Esse ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirirem características de benefício definido na fase de concessão.

A Instrução PREVIC n° 19, de 04 de fevereiro de 2015, esclarece a definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetros, de que trata as Resoluções CNPC n°s 15 e 16, ambas de 14 de novembro de 2014. O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado.

Seguem abaixo as informações sobre o controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objetos dos ajustes de precificação e divulgação da duração do passivo dos planos, de acordo com os normativos acima.

Plano Previdencial A - Posição em 31/12/2017

Mantidos até o Vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
1. Títulos Públicos									
NTN-B - Quantidade	9.000	89.175	144.111	68.320	65.650	51.061	427.317		
NTN-B - Valor	28.038	276.882	443.415	218.401	195.746	164.503	1.326.985	1.476.086	149.101
Total de Títulos Públicos	**28.038**	**276.882**	**443.415**	**218.401**	**195.746**	**164.503**	**1.326.985**	**1.476.086**	**149.101**

Duração do Passivo:	10,63
Duração do Ativo:	7,83

Plano Previdencial B - Posição em 31/12/2017

Mantidos até o Vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
1. Títulos Públicos									
NTN-B - Quantidade	0	1230	5.200	3.300	3.000	4.644	17.374		
NTN-B - Valor	0	3.937	16.282	10.674	9.082	15.021	54.996	62.223	7.227
Total de Títulos Públicos	**0**	**3.937**	**16.282**	**10.674**	**9.082**	**15.021**	**54.996**	**62.223**	**7.227**

Duração do Passivo:	17
Duração do Ativo:	8,18

JOÃO BOSCO QUADROS BARROS
Superintendente Geral e
Diretor Financeiro e de Investimentos
CPF 029.145.347-36

HELOISA FALKENBACH SANTORO
Diretora de Benefícios
CPF 813.054.357-53

ANDRÉ LUIZ DA CUNHA RODRIGUES
Gerente de Controle / Contador
CRC RJ 071134/O-8 // CPF 008.653.517-08

Pareceres

Tronco e copa da Palmeira Imperial (*Roystonea oleracea*), árvore símbolo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro

RJPAR 018/010

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
PREVIRB – Fundação de Previdência dos Servidores do IRB
Rio de Janeiro – RJ

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVIRB – Fundação de Previdência dos Servidores do IRB, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social, das demonstrações individuais dos planos de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do Plano de Gestão Administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVIRB – Fundação de Previdência dos Servidores do IRB em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado e por Planos de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Somos independentes em relação à Entidade, conforme os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor.

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações dos Planos de Benefícios que tem prazo para sua divulgação até 30 de abril de 2018.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa

responsabilidade é a de ler o referido relatório, e considerar se o conteúdo está consistente com as informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Não temos nada a relatar sobre o mesmo dado à sua inexistência nessa data.

4. Responsabilidade da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da perenidade dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a solvência e liquidez desses planos e pela base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração e a governança desejem liquidar os Planos, ou não tenham alternativas realistas para evitar a extinção dos mesmos.

Os responsáveis pela Governança são aqueles, com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis, bem como, pela perenidade dos planos de benefícios assegurando sua liquidez e solvência.

5. Responsabilidade do Auditor

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas de

monstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Entidade;

e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, dentre as quais, não abrangem eventuais deficiências significativas nos controles internos da Entidade.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG – 757/O – F – RJ

Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador – CRCRJ – 116.523/O

Luiz Otavio Souza Rosa
Contador – CRCRJ – 046.114/O

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB, no uso de suas atribuições estatutárias, declara haver procedido ao exame do Balanço Patrimonial Consolidado, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, das Demonstrações do Ativo Líquido por Plano, da Mutação do Ativo Líquido por Plano e das Obrigações Atuariais por Plano de Benefícios, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e com base nas Notas Explicativas encaminhadas pela Diretoria Executiva, no Parecer da Mercer Gama Gonsultores Associados, datado de 16/02/2018, sobre as Reservas Matemáticas calculadas conforme Avaliação Atuarial, de 31/12/2017, referente aos Planos Previdenciais "A e B", considerando o que consta no Relatório da Fernando Motta & Associados, datado de 12/03/2018, concluiu, por unanimidade, que as referidas demonstrações refletem, adequadamente, a situação financeira e patrimonial da Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB e, por seus membros abaixo assinados, manifesta-se pela aprovação dos citados documentos.

O Conselho recomenda que as Demonstrações Contábeis ora aprovadas e seus respectivos pareceres, no que respeita à sua divulgação aos participantes e assistidos, por meio eletrônico ou a eles encaminhadas, mediante sua solicitação, esteiam de acordo com o disposto na Resolução CGPC n°. 23, de 06/12/2006, e suas alterações, conforme Resolução CNPC n° 2, de 03/03/2011, e complementado pela lnstrução PREVIC n° 13, de 12/11/2014.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018.

Debora Pereira Tavares
Presidente

Maria Gracia Provenzano
Membro Efetivo

Davi Dias da Silva
Membro Efetivo

Paulo Souza Perez
Membro Efetivo

Bianca Puime Perrone
Membro Suplente em exercício

Parecer do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB, reunido em sessão ordinária do dia vinte e dois de março de 2018 usando das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 15 do Estatuto, tendo em vista o que consta do Processo PREVIRB-002/2015:

RESOLVEU, por unanimidade,

aprovar o Balanço Patrimonial e a Prestação de Contas relativas ao exercício de 2017, após terem sido apreciadas e aprovadas pelo Conselho Fiscal.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018

Maísa Fabiani Carrasqueira
Presidente Substituta

Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB

Av. Marechal Câmara, nº 171 / Térreo

Castelo - Rio de Janeiro / RJ

CEP: 20020-901

ATENDIMENTO AO PARTICIPANTE

21 2277.1999

Funcionamento de Segunda à Sexta, das 9h às 17h